



Anais da Assembléia

Nº 38

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 11 DE MAIO DE 1982

ANO VIII

ATOS DO PRESIDENTE:

LEI Nº 01/82

DATA: 03 de Maio de 1982.

SÚMULA: que cria o Município de Braganey, com sede na localidade do mesmo nome, território desmembrado do Município de Corbélia e divisas seguintes:

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Art. 28, § 4.º, da Constituição Estadual, a seguinte lei:

Art. 1.º — Fica criado o Município de Braganey, com sede na localidade do mesmo nome, território desmembrado do Município de Corbélia e divisas seguintes:

- partindo da ponte do Rio Rebouças ou Sapucaí, na Gleba 10, seguindo por linha seca a antiga estrada Iguatu a Corbélia, até a nascente do Córrego Taquarassu seguindo este até o Rio Novais; daí segue pelo Rio Novais até a barra deste com o Rio Piquiri; subindo por este até alcançar a barra do Rio Tourinho, sobe por este até alcançar a divisa com o Município de Cascavel. Daí segue pela divisa dos Municípios de Corbélia e Cascavel, até alcançar o Rio Bonito. Daí segue pelo Rio Bonito, até alcançar o Rio Piquirizinho, segue por este até alcançar o Rio Rebouças ou Sapucaí, ponto de partida.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 03/05/82.

(a) JOÃO MANSUR

Presidente

RESOLUÇÃO Nº 04/82

DATA: 07 de Maio de 1982.

SÚMULA: Autoriza a realização de plebiscito em área que especifica, para fins de consulta à população sobre a criação do Município de Sede Sulina.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita do Município de Chopinzinho, para fins de consulta à sua população sobre a criação do Município de Sede Sulina:

- Inicia — parte de Oeste a Leste do marco denominado Zero, em linha seca até o rio denominado Queixo d'Antas, deste por este até o rio denominado Iguaçu, deste pelo Rio Iguaçu até encontrar o Porto São Paulo segue daí em linha seca, no sentido de Norte a Sul, obedecendo a linha que divide as

Glebas Chopim e Chopinzinho, passando pela cabeceira do Rio Ouro, até encontrar o marco denominado Zero, ponto de partida.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 07/05/82.

(a) JOÃO MANSUR

Presidente

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 34ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 11 DE MAIO DE 1982

TERÇA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Augusto Carneiro e Nilso Sguarezi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Aírton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Darcy Deitos, Valter Pietrângelo, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (47), achando-se ausentes os Srs. Deputados Fiori Luiz, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, David Cheriegate, Gernote Kirinus, José Domingos Scarpellini, Palácios, Renato Bueno e Romero Filho(11).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

Sob o nº DTL/18/82, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO o Projeto de Lei, sob o seguinte número:

39/80: Do Senhor Deputado GABRIEL MANOEL, que cria o Município de FIGUEIRA, com sede na localidade do mesmo nome, território desmembrado do Município de CURIÚVA e divisas que especifica, o qual convertido em Lei tomou o número 7.570.— Anote-se. Arquive-se.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, dispensa de publicação da Redação Final para os Projetos de Lei n.º 90 e 91/81, de sua autoria.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1982.

(a) LEÔNIDAS CHAVES.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de publicação da Redação Final para o Projeto de Lei n.º 35/82, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1982.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. EDUARDO ZIELONKA, ocorrido em Vitória-ES, em abril passado.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1982.

(a) NESTOR BAPTISTA.

JUSTIFICATIVA:

O Sr. EDUARDO ZIELONKA, ex-funcionário do DER, colaborou muito com seu trabalho em obras de terraplanagem no Rio de Janeiro e Espírito Santo, e no Paraná. Perde o Estado um homem de muito valor pela sua boa vontade e seu espírito de liderança, deixando dolorosas saudades em seus familiares e amigos.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de TELEX ao Sr. Ministro da Previdência Social.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1982.

(a) NESTOR BAPTISTA.

Curitiba, 14 de maio de 1982.

Ilmo. Sr.

Deputado Nestor Baptista

NESTA

Ilustre Deputado:

A presente tem por fim de levar ao seu conhecimento do texto do TELEX que nesta data enviamos ao Senador José Richa e Deputado Maurício Fruet.

"Nesta oportunidade queremos solicitar do nobre congressista, que da sua tribuna se faça ouvir nosso protesto quanto ao desconto para a Previdência Social dos nossos sofridos aposentados, uma vez que: 1.º — são segurados os que exercem atividade remunerada, efetiva ou eventual, com ou sem vínculo empregatício, a título precário ou não; 2.º — a lei não retroage para ferir em caso algum, os princípios e direitos adquiridos. 3.º — em ambos dispositivos, os aposentados estão acobertados pelas respectivas leis, pois no primeiro caso - não exercem atividade remunerada; no segundo, eles (os aposentados), o são, garantidos por outro regime de lei; agradecemos enviando nossos sinceros abraços. Pelo Comitê Regional (Paraná) em defesa dos aposentados.— (aa) RODRIGUES LOPES JR — Presidente e MAURO MORAES — Secretário".

Igualmente pedimos ao nobre Deputado que de sua tribuna, faça ouvir, também, os nossos protestos.

Antecipadamente agradecidos, subscrevemo-nos com estima e consideração, mui

Atenciosamente COMITÊ REGIONAL EM DEFESA DOS APOSENTADOS

J. Rodrigues Lopes Jr.

Presidente

Mauro Moraes

Secretário

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, um voto de profundo pesar pelo trágico falecimento dos Senhores ODILON LIQUES PENTEADO e NEWTON LIQUES PENTEADO, ocorrido na madrugada de sábado último, na Cidade de PRUDENTÓPOLIS, e que da decisão da Casa se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1982.

(a) GILBERTO AGIBERT FILHO.

JUSTIFICATIVA:

Os extintos eram pessoas altamente relacionadas na sociedade prudentopolitana, de onde eram filhos, deixando um vasto lastro de amizades e inúmeras participações em prol da comunidade. Nossa manifestação de pesar associa-se à dor de seus familiares e amigos, e em particular deste Deputado, pela profunda amizade que nos cercava.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de congratulações ao Esporte Clube Pinheiros, na pessoa de seu Presidente Senhor ERTON COELHO QUEIROZ, pela conquista do campeonato Sul Americano de hand-bol Feminino, disputado na Cidade de Assunção no período de 29 de abril a 02 de maio tendo o Esporte Clube Pinheiros representado o Brasil em campeonato que contou com a participação do Uruguai, Paraguai, Argentina e Chile.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1982.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos do Regimento Interno, REQUER seja inscrito na Ata dos trabalhos desta sessão, um voto de regozijo e aplausos ao Sr. Sigismundo Morgerstein, digníssimo Secretário de Estado dos Recursos Humanos, pela fecunda e inovadora gestão à frente da referida Pasta.

Com efeito, Sr. Presidente, o ilustre e vitorioso homem de empresa, em boa hora recrutado para o serviço público, comprovou seu elevado tino administrativo ao imprimir uma dinâmica elogiável na área da gestão dos recursos humanos dos quadros do Estado.

Esses títulos colocam-no como credor privilegiado da admiração e do respeito de todos os paranaenses.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1982.

(a) WILSON FORTES.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição na ata dos trabalhos da presente sessão, o inteiro teor do discurso proferido pelo Sr. ÉLIO WINTER, Diretor da Rádio Difusora do Paraná de Mal. Cândido Rondon, no encerramento do VIII Congresso da Associação de Radiodifusores

do Paraná-AERP, que aconteceu na Cidade de Foz do Iguaçu entre os dias 06 a 09 de maio do corrente ano.

Outrossim, REQUER, que do presente seja dado ciência ao interessado, Sr. Élio Winter, à Rua Santa Catarina, 1020, em Mal. Cândido Rondon.

Sala das Sessões em 11 de maio de 1982.

(a) TÉRCIO ALBUQUERQUE.

JUSTIFICATIVA:

Os congressos anuais dos radiodifusores do Paraná constituem, sem dúvida, o mais importante acontecimento dos meios de comunicação do Estado. Procuram os seus participantes, proprietários, diretores e funcionários das emissoras de Rádio do Estado, nesses conclaves, discutir, debater, aprimorar e apresentar formas, alternativas, meios e métodos novos, dinâmicos e eficientes, propugnando unicamente pelo progresso da comunicação falada - ainda hoje representado o carro chefe de todos os veículos de comunicação - sendo portanto, os informadores, educadores e orientadores da nossa população.

Este VII Congresso da AERP em Foz do Iguaçu, ao lado da exposição de equipamentos de comunicação, foi, sem dúvida, o espelho do que afirmamos, aliás, premissa muito bem capitaneada por todos os integrantes do Congresso.

Não diminuindo qualquer sessão de trabalho do conclave, os pronunciamentos realizados e as teses apresentadas, um nos chamou especial atenção, pela clareza e profundidade dos seus termos e a abrangência dos pontos de vista, colocados com probidade e especial ênfase. Falamos da oratória de encerramento, proferida pelo ÉLIO WINTER, Diretor da Rádio Difusora do Paraná, Secretário da AERP, a quem coube por escolha de seus companheiros congressistas, encerrar o evento, o que fez brilhantemente, pelo que propomos este registro nos Anais da Assembléia Legislativa.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 55/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "Associação Ferroviária Recreativa Visconde de Mauá", com sede e foro na Cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1982.

(a) FABIANO BRAGA CÔRTEZ.

JUSTIFICATIVA:

A Associação Ferroviária Recreativa Visconde de Mauá, sediada em Curitiba, vem funcionando desde 1976, agregando ferroviários e sócios de entidade ferroviárias, exercendo atividades de cunho social, recreativo e filantrópico, conforme se comprova do relatório em anexo, fazendo jus, portanto, à sua declaração como sendo de utilidade pública.

Nestas condições, contamos com o indispensável apoio desta Casa ao plano de lei que ora apresentamos.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

Ausente, concedo a palavra ao Deputado Nelson Friedrich, no Grande Expediente.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quando Ney Braga aqui chegou ao Governo do Estado pela primeira vez, o Paraná tinha 700 mil eleitores, em sua

maioria das camadas médias da sociedade de então. Pequenos agricultores no campo, e uma certa massa de trabalhadores urbanos, ansiosos por mudanças que os integrassem definitivamente na sociedade do progresso.

Foi isso que Ney Braga prometeu. As provas históricas testemunham. Fez toda a sua campanha afirmando que iria moralizar os costumes político administrativos do Estado. Acabaria com a era de Moysés Lupion, da corrupção, da especulação fundiária, da apropriação de terras públicas, dos desmandos que caracterizavam o Governo. Em troca modernizaria a estrutura administrativa, permitindo ao Estado criar a sua infraestrutura necessária a um rápido desenvolvimento.

Entre as providências, algumas de caráter social importante, como a legalização da posse de terra, problema que afligia o Estado e que no final da década de 50 transformara áreas como no Sudoeste e Oeste em regiões conflituosas.

Este programa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, empolgou grande parte do eleitorado paranaense, pois correspondia às suas aspirações. As outras lideranças que disputavam o Governo não mereciam pelos seus vínculos e prática política, a confiança. Não tinham propostas deste tipo, moralizadora e desenvolvimentista.

A grande expressão do Estado falecera recentemente e de maneira precoce, Souza Naves e a disputa se fazia no vácuo de um período marcado pela instabilidade social e política.

Não levou muito tempo para que este programa de Ney Braga que tanto entusiasmou boa parte dos paranaenses fosse derogado em favor de outros interesses. A infraestrutura foi criada, não há dúvida. Novos instrumentos administrativos foram construídos. Surgiu a CODEPAR, hoje o BADEP. A COPEL, a TELEPAR e tantas outras e todas as obras que esta programação publicitária exaustiva e de alto custo para os cofres públicos está divulgando embora enganosamente.

Mas, aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, começa o segundo grande tempo deste jogo. Aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, devemos nos perguntar: a quem serviu esta infraestrutura gerada pelo Governo Ney Braga? Ao projeto paranaense voltado para a população como prometia o então candidato? A história nos mostra que não.

Em 1964, Ney Braga, como Governador do Estado, aderiu ao golpe militar que instalou o regime ainda hoje em vigência no País. Tão identificado estava com o movimento, embora tivesse se mantido em cima do muro, aliás, característica permanente nos momentos mais conflituosos da política nacional, embora tivesse se mantido em cima do muro até à sua deflagração que logo depois foi servir ao Poder Central como Ministro da Agricultura de Castelo Branco. O tempo entre permanecer fiel ao Governo de João Goulart e equilibrar-se em cima do muro, e a subir ao Ministério da Agricultura foi um tempo realmente record na história deste País.

Disse que nomeou governadores, ministros, diretores de instituições importantes. Não temos dúvida. Esta era a prática do regime. Sob a democracia, sabem todos os senhores a escolha é diferente. O importante é saber que neste período realmente o Sr. Ney Braga conduziu os destinos do Paraná com alguns percalços mas mantendo firme as rédeas do Poder. E passou a governar contra os interesses daqueles que o elegeram pela primeira vez. Aí está o outro lado da história do Neysmo no Paraná. Porque, a partir deste instante, com as rédeas do Poder monopoliticamente presentes, passou a governar contra os interesses daqueles que o elegeram pela primeira vez para o Governo. E depois, pela segunda vez, então para o Senado, em condições de uma verdadeira anormalidade política.

O que pode nos dizer o responsável pela vida do Estado nestes últimos anos, mais de 18 anos?

Primeiro orientou a política administrativa do Estado para privilegiar a penetração do capital monopolista estrangeiro em nossa economia, sem nenhuma dúvida.

Se compararmos o Paraná de 20 anos atrás com o de hoje, veremos que a grande transformação não está nas obras, mas nos instrumentos criados, na expansão do capital que passou a dominar a nossa economia e teve um grande incentivador no atual Governador do Estado.

O campo, o setor primário principal fonte de nossas riquezas, base de nossa economia, teve sua estrutura fundiária completamente transformada por força dos estímulos, a substituição das culturas tradicionais pela cultura de exportação.

A exploração do campo para exportar. A economia organizada para enriquecer os dois grandes interesses econômicos que se situam antes e depois da produção. Antes as multinacionais que inundaram o campo paranaense com defensivos, insumos, implementos, a alto custo e que ficam com boa parcela dos lucros dos trabalhadores. De outro lado, os interesses da comercialização do respectivo resultado da produção, onde entram os grandes exportadores e mesmo a estrutura das cooperativas, muitas delas que passaram a servir a este mesmo sistema.

O resultado da aplicação desta política tão decantada pela sua imagem de progresso, é aquele que todos conhecem: a concentração da riqueza, a concentração da propriedade fundiária. Em poucos anos desapareceram 158.000 pequenas propriedades no Paraná. E aí está a geração de progresso do Neysmo.

Em poucos anos, desapareceram 158.000 pequenas propriedades rurais no Estado do Paraná. Mas, em compensação, nesta geração-progresso, surgiram legiões de bóias-frias em massa, que vivem sob as condições mais precárias e que trabalham por um soldo ínfimo para enriquecer interesses que não o dos paranaenses.

Ney Braga, principal responsável pelo Governo e, portanto, também responsável pelo que aconteceu no Paraná durante este período, também produziu outras transformações. As próprias tentativas de industrialização caminharam para a mesma senda, a mesma senda, a atração do grande capital estrangeiro que aqui se instalou a custo elevado para o Paraná e que recebeu todas as benesses do Governo.

O capital bancário também foi privilegiado e todos sabem que sempre houve simpatias especiais, até por grupos, como por exemplo Atlântica Boa Vista, Bradesco, para expansão de seus negócios.

O latifundiário, as multinacionais, o capital financeiro, os grandes interesses e, principalmente, os interesses que não os dos paranaenses, foram os grandes beneficiários deste período e que tem como grande artifício político o Governador do Estado, Ney Braga.

Tudo o que se fez neste Estado, como iniciativa de Governo nestes anos difíceis, obviamente, também foram feitos para atender estes interesses, interesses do grande capital.

Mas, Sr. Presidente, não sou um Parlamentar a trazer essas informações, esses detalhes, por um mero recreio do intelecto.

Ainda hoje os jornais publicaram que os cientistas recomendam diretrizes para o Paraná. Os programas de ciência e tecnologia para o Paraná deverão orientar-se para o homem, dizem os cientistas que se reuniram dois dias, de 26 a 29 de abril em Curitiba.

E dizem os cientistas que na década de 70 o Estado, face à pressão do modelo de desenvolvimento brasileiro, orientou a sua agricultura para exportação, visando pagamento das importações de petróleo e da dívida externa do Brasil.

A introdução da cultura altamente tecnificada, provocou a imigração do homem do campo e proletariou o pequeno proprietário. Em consequência disso, continuam os cientistas,

cerca de mais de 150.000 propriedades tinham deixado de existir e a mão de obra liberada desde a irradiação do café até o processo de capitalização do campo alcançavam um total de mais de 1.400.000 mil pessoas.

A população que migrou aos centros industrializados alojou-se em favelas, nas periferias da cidade, tais como Curitiba em especial, que sofreu a falta de infra-estrutura para recepção e acerto, assim como a falta de oferta de trabalho.

A implantação de indústrias como maneira mais rápida de gerar empregos foi feita de forma desordenada, trazendo dificuldades para o futuro plano integrado de desenvolvimento econômico e social do Estado, segundo os peritos neste campo.

E eles observam, finalmente, que a indústria paranaense tem se baseado no desenvolvimento concentrador de capital, que gera poucos empregos.

Mas, volto ao meu pronunciamento, Sr. Presidente,

Para me situar que não são só os cientistas, portanto, que agora mais uma vez levantam as questões alertando para as distorções. Porque o próprio Paraná aos olhos do Brasil é um Estado que apresenta condição de exportador de mão-de-obra.

E estarrecidos ficamos todos nós quando recentemente estudos evidenciaram que 560.000 paranaenses expulsos deste Estado pela política econômica avaliada, endossada, subsidiada pelo Governo Ney Braga, levou a 560.000 paranaenses mudar de Estado somente para a região da grande São Paulo.

Mas, os dados também são impressionantes. Este Estado também, apresenta, além da grande leva de imigrantes, um grande número de trabalhadores que são explorados ao máximo e como sabemos, alguns setores, hoje são utilizados como exemplo do Brasil, como os que mais trabalham no mundo. Trabalhadores muitos explorados e do Estado têm recebido não a proteção, mas aqui e acolá, até a repressão. Porque, muitas e seguidas vezes a ação das forças policiais a mando desse tipo de política, a mando, portanto, o que é a gente desta política, no caso o Governo do Estado, acaba acionando estas forças para dar espetáculos tristes como a greve dos professores, o movimento dos suinocultores e tantos outros que salpicaram este Estado, nos últimos tempos.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, este povo do Paraná se sente traído, porque a primeira vez sentiu um Governo que procurava responder às suas aspirações, à mudança dos costumes políticos-administrativos existentes. Mas, na verdade, os seus maiores anseios não foram atendidos no segundo tempo de jogo da vida política deste o atual Governador.

E as promessas, também, evidentemente, não foram cumpridas. Este povo foi abandonado. Até porque, Sr. Presidente Srs. Deputados, já não era mais necessário para dar respaldo social e político, através do voto, porque o mesmo homem que, antes, subiu com a promessa revolucionária da mudança dos costumes políticos do Estado, e que sempre se orgulhou de ser boa expressão eleitoral, haverá de ter a resposta em 82. Porque, há quanto tempo não vai às urnas, e, quando foi, com seu empenho decisivo, desde 1974, levou o "Não", do povo do Paraná.

Mas, este povo que já não votava, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que já não contavam, portanto, com esse instrumento de força democrática, obviamente, foi esquecido.

O Sr. Luiz Gabriel Sampaio — Vossa Excelência permita um aparte?

O SR. NELTON FRIEDRICH — Vou dar, em seguida, porque, antes de dar sequência ao meu raciocínio, darei o aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Luiz Gabriel Sampaio — Prezados Deputados, agradeço a bondade de Vossa Excelência em me conceder o aparte, que eu já havia solicitado há mais de 10 minutos. Em primeiro

lugar, Deputado, para que seu monólogo não fique sem uma resposta.

Acho que talvez fosse até desnecessário, nós, paranaenses, retrucarmos as palavras que Vossa Excelência profere nesta tarde, nesta Casa. Em primeiro lugar, porque o Paraná todo conhece a sua própria história, especialmente, sua história mais recente, e o Paraná sabe, por fatos e por obras e por atos, que a nossa história pode ser contada num capítulo antes de Ney Braga e depois de Ney Braga.

E Vossa Excelência comete erros profundos na sua manifestação, desta tribuna. Em primeiro lugar, querendo e tentando atribuir, maliciosamente, levemente, tudo que ocorreu no Paraná, de ruim, ao Governador Ney Braga, esquecendo-se, Vossa Excelência, talvez pela pouca idade, não tendo vivido o Paraná de outrora, como nossos pais viveram, com tanta dificuldade, não tenha sabido que, graças a esse homem que está aí, que cometeu os seus erros - porque o homem é humano, humano como qualquer um de nós - que pode e deve cometer porque ninguém é perfeito para dizer que nunca cometeu um erro político, social, ou até pessoal. Mas, Vossa Excelência quer tentar imputar ao Governador Ney Braga tudo de ruim que aconteceu ao Paraná, isso é uma falta de critério, Deputado, é uma falta de lealdade. Aliás, a lealdade, aí, - podemos até abrir um parêntesis, porque eu acho que nós todos devemos ter o raciocínio aberto para elogiarmos, quando as pessoas acertam, como eu elogio Vossa Excelência nesta oportunidade, dizendo que Vossa Excelência, e digo também a este imenso Plenário que nos houve, hoje, aqui, nesta tarde na Assembleia, que Vossa Excelência é um dos melhores Deputados que tem nesta Casa, hoje. Acho isso um critério, um julgamento honesto que faço, para provar a Vossa Excelência que não é porque discordamos das pessoas que devemos achá-las más ou geradoras de todas as desgraças. Vossa Excelência quer dizer, por exemplo, que o Paraná, hoje, tem 150.000 propriedades diminuídas das suas, anteriormente havidas, em termos de desenvolvimento do Paraná, e que se deve isso a uma política econômica do Governador Ney Braga, Deputado, me permita duvidar de Vossa Excelência, mas Vossa Excelência quer forçar um raciocínio, o que não é possível. Acho que Vossa Excelência hoje, Sr. Deputado, tem em seu Partido alguns exemplos disso tudo. Hoje, dois ex-Governadores de nosso Partido estão no Partido de Vossa Excelência, os Srs. Jayme Canet Júnior e Haroldo Leon Pêres. Então, acho que Vossa Excelência deveria ter condições de ser justo e julgar também esses períodos administrativos. Ney Braga foi Governador em 60 e está sendo Governador agora. Com mais acertos, Sr. Deputado, e o povo do Paraná disso é testemunha, o Paraná deve o seu desenvolvimento, em grande parte, porque outros também contribuíram para isso, dezenas de outros políticos, homens públicos, contribuíram para isso, mas, hoje, o Paraná deve grande parte da sua atual situação - um dos Estados mais desenvolvidos do País a um homem que se chama Ney Braga.

E tenho certeza - e aí concordo com Vossa Excelência - em novembro deste ano, Vossa Excelência - em novembro deste ano, Vossa Excelência também terá a resposta que o povo do Paraná vai dar, julgando o Governo de Ney Braga.

Neste ponto concordo em gênero, número e grau com Vossa Excelência. Obrigado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — O seu aparte, ao menos, enseja algumas observações.

Primeiro, de que talvez Vossa Excelência não tenha acompanhado, desde o início, o nosso pronunciamento, quando colocamos, com muita clareza, de que a primeira fase do Governo Ney Braga, uma fase que empolgou o Estado do Paraná, inclusive com a promessa das mudanças dos costumes político-administrativos, foi algo que deixou efetivamente as suas marcas.

Mas, paulatinamente, o Governador de então que fora eleito pelo voto popular e não bionicamente e de maneira intervencionista...

O Sr. Gabriel Sampaio — Acho que Vossa Excelência não deve falar em bionicidade.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Esse é o aspecto que mais me chama a atenção em que este Governo do Estado colocou os interesses populares e a sua prática política, como que, na verdade, ele acabou abandonando os verdadeiros interesses populares que até estiverem, de maneira entusiástica, com a sua candidatura e com o seu governo na primeira fase e que agora, na verdade, sentem que, cada vez mais, estão sendo traídos. Portanto, não há nada de leviandade.

E também, respondendo ainda o seu aparte, não estou na tribuna para colocar todos os problemas e deficiências de um Estado às costas de um único homem.

Mas, esse homem não pode ir à televisão e perante o Paraná, se arrogar com o dinheiro do povo, e dizer ser o gerador de progresso deste Estado, quando ele tem atrás de si toda a responsabilidade de ser o avalista maior da pior política instalada neste País, a política concentradora, a política elitista, a política que produziu milhões e milhões de bóias-frias, neste Estado e no Brasil. A mesma política que gerou, na prática, a carência alimentar do Estado, enquanto passamos a ser grandes exportadores para servir interesses das multinacionais.

Quem não quer ver isso não só é cego, mas está querendo ignorar a realidade.

Porque este Governo não pode mais. E nenhum cidadão tem o direito de querer se esconder, porque a culpa é do Governo Federal. Por que existe essa política nos últimos anos? É porque existem os "neis bragas" no Brasil.

Por que existe essa política concentradora que está querendo administrar a miséria do País, multiplicando, a cada dia, as desigualdades sociais? Porque existe a política de Delfim Neto? Se não tivessem os governos dos Estados para lhes dar apoio, para lhes dar a sustentação política, para lhes dar a força popular, a força política, melhor dizendo, não existia esse projeto implantado a partir de 64.

Aqui, bem ao nosso lado, no Palácio Iguazu, está o agente deste modelo. E ele é tão responsável quanto os idealizadores deste projeto.

Não há como separá-lo. Não há como querer tirar, agora, num gesto até de mágica, a responsabilidade histórica daqueles que ficaram ao lado de toda essa geração de desigualdades, de desencontros, que, numa década, tirou do Paraná quase dois milhões de paranaenses.

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. NELTON FRIEDRICH — Já dei o aparte a Vossa Excelência...

O Sr. Gabriel Sampaio — Mas estou pedindo mais um. Vossa Excelência é um democrata.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sou democrata, mas tenho um mínimo de disciplina, até porque assim a democracia exige.

Não conclui ainda nem o comentário que devo fazer ao seu aparte. Gostaria ainda de dizer: se hoje, no PMDB há homens que serviram ao sistema mas tiveram a coragem, no momento histórico, de abandonar os privilégios e as benesses, e vir à trincheira dos que querem implantar um novo sistema econômico neste País, esta é a realidade...

O Sr. Gabriel Sampaio — Abandonaram depois que terminou esse privilégio.

O SR. WALDYR PUGLIESI — (Pela ordem) — Sr. Presidente,

gostaria que Vossa Excelência assegurasse a palavra ao Deputado que está na tribuna.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Quando esta Presidência fazê-lo, Vossa Excelência pediu a palavra, pela ordem. Está com a palavra o Sr. Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, quando o cidadão muda e muda para melhor merece o reconhecimento de todos. Mas quando o cidadão muda para se somar às benesses e permanecer em baixo dos guarda-chuvas dos poderes aí a história tem uma outra titularidade, uma outra denominação que não vale a pena aqui nem citar.

Mas quero continuar, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero continuar porque ontem nós ouvíamos aqui, o messiânico Ney Braga, produtor de todas as grandiosidades do Estado do Paraná, até numa ofensa à capacidade de luta, de operosidade, de trabalho, da gente paranaense. E nós chegamos à conclusão que exatamente neste período histórico, o General Ney Braga se fez patriarca, não temos dúvida, sob as condições do arbítrio, sob as condições do regime de força, acostumou-se a dirigir, a administrar como grande mandante. Agiu e agia como aquele que de ninguém depende.

Aliás, o ex-Governador Bento Munhoz da Rocha que trouxe para a política e o iniciou como chefe de polícia, cargo que mais assentava, entendemos ao menos, porque assim foi a designação nos primórdios de sua carreira, já denunciava essa traição. Quando Ney Braga se propôs a caminhar sem os seus companheiros, queria caminhar à revelia dos compromissos assumidos. E muito didática a leitura atual da Carta que Bento Munhoz da Rocha escreveu denunciando esta característica do Governante, que se fez patriarca num período propício. Desta forma, Ney Braga foi Governador por duas vezes, Senador, Ministro da Agricultura, Ministro da Educação, nomeou, fez ministros, fez dirigentes, destituiu, indicou, colocou, retirou mas o patriarca no bom estilo dos governantes oligárquicos de toda a América Latina, nunca permitiu que ninguém lhe fizesse sombra. Esta é uma grande questão e a história haverá de registrar. Pelo contrário, sempre exigiu que todos os seus se colocassem sob a sua sombra. O povo paranaense que um dia acreditou em suas promessas viu, na prática, em suas vidas, o engano nessa caminhada que pretendiam ver, os seus anseios atendidos. E é por isto que inclusive nós estamos, nos encontramos no momento atual, porque, abertas certas condições democráticas e, voltando ao teste das urnas mesmo sob regras aviltantes, o patriarca já não tem a mesma força, porque sua força já não parte do prestígio que um dia teve, e, esse prestígio, evaporou-se, com os milhares de emigrantes que deixaram o Paraná, porque se evaporou, com a esperança de parcela expressiva de paranaenses. As boas intenções, hoje, servem, como dizia o Líder da Bancada, ontem, para, na verdade, serem utilizadas numa verdadeira poluição...

(É retirado o som da tribuna).

O SR. TRAJANO BASTOS (Pela ordem) — Sr. Presidente, o Deputado Nelson Friedrich poderá dispor do horário destinado à Liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa aos Srs. Deputados que, em razão da extinção do Partido Popular, o horário reservado às Lideranças passará de, 15, para 20 minutos a cada Liderança.

Continua com a palavra, durante 20 minutos, o Sr. Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço à Liderança e continuo, Sr. Presidente.

As boas intenções, como dizia ontem o Líder da Bancada, hoje ficam mais para efeito retórico-demagógico nesse processo

com que hoje, o rádio e a televisão poluem o Estado inteiro. Os milhares de paranaenses que se viram fraudados em suas aspirações de progresso, de desenvolvimento efetivamente, tiveram também o outro lado da moeda, porque viram progredir aqui, a multinacional no campo, a multinacional na cidade, os grandes grupos econômicos a monopolizarem grandes setores, importantes setores da vida pública, e por esta razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós entendemos que há uma grande dívida social deste Governador, porque, se já tem uma grande dívida com o Paraná que é a dívida de haver avalizado, subscrito, endossado o modelo econômico com toda a sua inicuidade social, há mais, Sr. Presidente, a dívida social do Governo é porque o Paraná está marginalizado - ontem, nós citávamos algumas coisas, por exemplo, as universidades que não foram federalizadas, mas, este Governador era Ministro da Educação e Cultura, do Brasil! Nem teve o mínimo de disponibilidade de aprender a escola do ex-Ministro da Educação e Cultura que, a primeira coisa que fez, foi, federalizar todas as universidades do seu Estado, e, hoje, no orçamento do Estado no setor Educação, um rombo das verbas do Estado acaba sendo ocasionado, exatamente pela dotação para sustentar o Ensino Superior que é obrigação constitucional da União!

Mais algumas coisas, para situar rapidamente, da dívida social deste Governo, Sr. Presidente:

A Rede Ferroviária Federal incorporou a Estrada-de-Ferro Central do Paraná, e o ressarcimento, não vem? E este Governo que se diz todo-poderoso, nada consegue!

O Estado do Paraná possui 17 agências previdenciárias, Santa Catarina, 27; Rio Grande do Sul, quase 60; e, o todo-poderoso Governo não consegue alterar esse quadro!

O Estado perde extensas áreas agrícolas, valor da produção, um expressivo capital humano que é o mais lamentável de todos, ficará com uma enorme problemática social para resolver, e, pouco ou quase nada usufruirá da energia gerada!

A ausência de representação física e política do Governo do Estado nos primeiros escalões da República, faz com que, por exemplo, ainda recentemente nós víamos, em Minas Gerais, um Ministro concluir 2.000 km de estradas, asfaltadas pelo Governo Federal; e nós perguntaríamos: quantos foram os quilômetros construídos aqui no Paraná, pelo Poder Federal?

Mas o Paraná também, apesar dessa situação que está hoje o campo, com o problema de ter 43,7% da população economicamente ativa do Paraná, trabalhando mais de 49 horas de trabalho por semana, embora isto esteja ocorrendo, este Estado, com este Governo, foi impotente para ao menos equilibrar a busca que o trabalhador tem, quando vai à justiça buscar a defesa de seu interesse jurisdicional.

Já dizíamos ontem e repetimos, pois é fundamental que se repita, 12 Juntas de Conciliação e Julgamento estão espalhadas em todo o Paraná. O Rio Grande do Sul tem 15 na Capital e 35 no interior, mas o prestígio do Governo do Paraná é o melhor do Brasil.

O comportamento do Governo nos momentos cruciais dos extratos da sociedade, também está em dívida e muito a desejar.

Indenizados de Itaipu: foi preciso eclodir uma mobilização popular com meses de luta, com desesperanças, com angústias e a ausência sentido do Governo do Estado. É de se perguntar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, como se comportou o Governo, por exemplo, no movimento dos agricultores para a derrubada do aval das Notas Promissórias Rurais, um movimento que expressava o clamor de milhares de agricultores, envolvidos na trapaça oficial deste Governo, de garantir, via aval, para o comprador e a instituição financeira, o valor resultante do trabalho do colono e de sua família.

Mas não é só isso, Sr. Presidente.

Por acaso o Paraná já se esqueceu onde se encontrava o Governo do Paraná no episódio da guerra do confisco da soja?

Um dia antes da derrubada do confisco da soja o Governador do Estado ainda defendia a retirada gradual da tributação, enquanto seu colega, mesmo companheiro de Partido, Governador do Rio Grande do Sul, também nomeado, teve ao menos, a posição de estadista até e ficou com os seus concidadãos, com os gaúchos, e exigiu a queda do confisco da soja.

Mas o que dizer da atuação do atual Governador durante, por exemplo, o movimento dos suinocultores? Não é preciso repetir muito. Qual tem sido o empenho efetivo do Governo do Estado, o empenho consistente emobilizador, decisivo deste Governador com relação ao xisto de São Mateus do Sul? Qual tem sido?

Como está agindo o Governo do Estado do Paraná, o Governo do General Ney Braga e sua decantada liderança nacional no caso do Tratado de Itaipu, Anexo C, Item 3, que prevê o pagamento anual ao Brasil e Paraguai, de milhões e milhões de dólares a título de royalties, como fórmula de indenização pelo aproveitamento hidrelétrico do Rio Paraná, em defesa efetivamente dos interesses do Estado, inclusive naquilo que está hoje previsto no Estatuto Binacional?

Mas vamos mais longe, Sr. Presidente.

Que os homens deste Governo venham apresentar ao Paraná qual é o plano até de aplicação, da parcela que poderia corresponder ao Paraná no pagamento destes royalties? Qual o plano de aplicação que o Paraná elaborou para melhor convencer o Governo Federal quanto ao repasse de tais montantes já que nenhum kilowatt dos megawatts que serão produzidos, ficará em nosso Estado. Que apresentem um plano consubstancial, convincente que já foi encaminhado ao Governo Federal, para que ele pudesse ser sensibilizado da necessidade de nós obtermos esses milhões e milhões de dólares, de um Estado que perdeu 44 mil pessoas, 100 mil das melhores terras do Brasil e que se somando às demais que já estão sendo inundadas atingiremos cinco por cento do nosso território.

Qual a posição do Governo do Estado quando recentemente outro General, desta vez o Costa Cavalcanti, faz, acontece, chega a humilhar o Estado, brinca com os direitos do Paraná e o Governador omissor não reage, porque diz o outro General que Sete Quedas não serão inundadas, serão afogadas. A ironia do supra-sumo do desrespeito aos interesses e direitos do Paraná.

E qual a atitude do outro General? Omissão. Esse é um Governo na nossa opinião, não assumido, não assumiu o Paraná, não assumiu efetivamente os interesses maiores, os interesses efetivamente populares de nossa gente. E este eu sei que é um assunto que obrigatoriamente nós voltaremos a tratar, porque é um causal importante a ser traduzido e reanalisado neste ano de 1982.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, este Governador que veio ao Poder pelos braços do povo e que depois abandonou os braços do povo para abraçar o poder arbitrário e ditatorial, também foi Senador da República. E ontem aqui nós fomos desafiados e aceitamos o desafio.

Ontem aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós fomos desafiados, que apresentássemos alguma coisa dos nossos Senadores da Oposição, do PMDB em prol do Paraná, inclusive com referência a empréstimos.

Eu vou, neste instante, não vou me referir, Sr. Presidente, a um, dois, 32, 42, 52, a mais de 60 trabalhos realizados pelo Senador José Richa, e na esmagadora maioria tratando de assuntos do Paraná. Não.

Vou ficar com aquilo que ontem se traduziu aqui, de que os homens do PMDB no Congresso Nacional, mais precisamente no Senado da República, têm sido uma pedra no caminho do Governo do Estado, especialmente no caso de empréstimos.

Convido, neste instante, a Liderança do PDS e os Deputados desta Casa se quiserem, fotocópias ou os documentos para acompanhar. Pareceres de 1979, do Senador José Richa - Em-

préstimos para Campo Mourão; empréstimo para Londrina, Relator José Richa; empréstimo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para o Município de Londrina - Senador José Richa; empréstimo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para o Município de Maringá - Relator José Richa; empréstimos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, mais um para Maringá - Senador José Richa.

Comissão de Economia - empréstimo para Apucarana - Senador José Richa - Relator aprovando sempre. Em Cambé, Parecer 625 de 79, 45 milhões - Senador José Richa, Relator da matéria. Mas tem mais, Sr. Presidente - Município de Ibiporã - Senador José Richa.

Projeto, mais um do Município de Ibiporã; Município de Apucarana - Senador José Richa, Relator, 240 meses. Francisco Beltrão, do grande Líder Deni Schwartz e de outros companheiros - empréstimo - Relator, Senador José Richa. E aqui estão até cópias dos Pareceres. Empréstimo para a Prefeitura do Município de Paraíso do Norte, Parecer, Senador José Richa, favorável.

Mas tem mais, Sr. Presidente. Empréstimos também para outros Estados, como de São Paulo, e de Porto Alegre, Parecer n.º 835/79, de origem do Governo do Estado do Paraná, que solicita para contrair empréstimo externo junto ao Banco Interamericano, no valor total, global, de 61 milhões de dólares - Relator Senador José Richa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Assim age a Oposição. Sábado, dia 27, Diário do Congresso Nacional, n.º 545, Parecer do Senador José Richa, favorável. Cumpridas as exigências, etc. e tal, tendo em vista que o empréstimo pleiteado é fundamental para a viabilização financeira de investimentos, para o desenvolvimento daquele Estado opinamos pelo acolhimento do presente pleito na forma do seguinte - Assina, Relator Senador José Richa.

O Sr. Gilberto Carvalho — Vossa Excelência permite um aparte, nobre Deputado?

O SR. NELTON FRIEDRICH — Tem o aparte primeiro o Deputado Fidelcino Tolentino e depois voltarei ao assunto porque me parece que me vejo na obrigação de tirar fotocópia e entregar à Liderança do PDS, porque ontem desafiou e nós aceitamos o desafio.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Deputado Nelson, eu até me penitencio, a esta altura deste pronunciamento de Vossa Excelência ter que aduzir a ele a soma de recursos que vão ser captados através da elevação somente isto, de 1 para dois por cento, na coleta de inter-vivos e de 2 para 4 por cento, no "causa-mortis", além da lei dos 15 anos de aposentadoria do Tribunal, só para não ir mais longe. Agradeço.

O SR. NELTON FRIEDRICH — E que vem provar inclusive o aumento da receita do Estado. Aliás, a propósito disto, a famosa taxa judiciária, Vossa Excelência, como advogado, poderia até indagar ao Governo do Estado que esta taxa seria utilizada para o pagamento da advocacia gratuita, da advocacia dativa ... Mas eu volto, porque estava somente me referindo a 1979. E não estou trazendo os pronunciamentos de nossos Senadores. Porque nós também fizemos um desafio ontem aqui. Um desafio que já fez o Senador Leite Chaves, que já fez o Deputado Álvaro Dias e que fez o talvez futuro Senador, ou o ex-Deputado Alencar Furtado, mas fico com o Senador Leite Chaves, porque ele está no cargo, que o Governador Ney Braga aceite o desafio para comparar, perante o Brasil e, especialmente, perante o povo do Paraná, quem mais fez projetos, quem mais usou da tribuna, quem mais relatou processos, quem mais deu pareceres. E vou dizer mais uma: fico com 4 anos do Leite Chaves contra os oito, ou dois do Leite Chaves contra o resto ...

O Sr. Luiz Gabriel Sampaio — Permite-me um aparte?

O SR. NELTON FRIEDRICH — Darei, em seguida.

Mas, atendendo ainda ao desafio de ontem, vou me referir aos pareceres de 1980.

Em 1980, o Senador Leite Chaves deu parecer favorável a um pedido de empréstimo para a Prefeitura de Loanda. Também o Senador José Richa fez outro parecer favorável à Prefeitura de Uraí. O Senador José Richa outro empréstimo para Telêmaco Borba. O Senador José Richa relator, aprovando outro parecer para o Município de Rolândia...

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência poderia ler este parecer?

O SR. NELTON FRIEDRICH — Também para São José dos Pinhais. Vinte e um milhões de cruzeiros. Do Senador José Richa, ainda, Jardim Alegre. Ainda da Comissão de Economia, relator José Richa, Município de Cambé, 1980.

O Sr. Gilberto Carvalho — Deputado, conceda-me um aparte?

O SR. NELTON FRIEDRICH — Município de Araucária...

O Sr. Gabriel Sampaio — Deputado, permita-me um aparte, porque queremos explicar às pessoas que ouvem no plenário, senão vamos sair daqui hoje, imaginando que o Sr. José Richa é o dono do Brasil.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Não temos esta intenção. Queremos governar o Paraná. Não queremos ser donos de nada.

O Sr. Gabriel Sampaio — Para dar este parecer, houve um órgão técnico que está ligado... houve uma mensagem governamental para solicitar este empréstimo. Houve um contato no exterior. Houve todo um trabalho administrativo. Para qualquer Senador, para qualquer Deputado dar, em quatro linhas, um parecer.
(Tumulto)

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa informa que está com a palavra o Deputado Nelton Friedrich.

O SR. JOSÉ TAVARES — (Pela Ordem) Quero apelar a Vossa Excelência que assegure ao Deputado que está na tribuna, o direito de concluir seu raciocínio. Porque é aquilo que temos dito aqui, todas as vezes que se fala a verdade nesta Casa: a verdade machuca.

O SR. PRESIDENTE — Está com a palavra o Sr. Deputado Nelton Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço e prossigo.

Nós, na verdade, não temos esta formação política de querer ser donos do Brasil. Isto é próprio de um regime ditatorial, impositivo, autoritário. Queremos ser defensores da democracia e condutores.

Mas, Sr. Presidente, queria ainda, só para concluir, até ter os pareceres de 1981. Prefeitura Municipal de Curitiba, 4 bilhões e 606 milhões de cruzeiros, relator Senador José Richa.

O desafio de minha parte está cumprido. Espero que cumpram o deles. Ney Braga está prestes a encerrar a sua carreira política.

O patriarca não mais governará pelo arbítrio, pela força. Ficará com o vazio das lideranças que não deixou crescer; e porque teme o veredito das urnas; o patriarca está só.

Emprestamos do romancista Garcia Marques o título "Outono do Patriarca", que bem corresponde à situação política de Ney Braga, porque, quanto a sua vida particular, nada tem. Político que encerra a sua carreira.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa ao nobre orador que

está encerrado o tempo que tinha para usar da tribuna.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Consulto à Liderança do PTB, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Ausente, consulto à Liderança do PDS.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Falará o Deputado Aírton Cordeiro.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Aírton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tive o cuidado de fazer alguns rápidos apontamentos dos pronunciamentos feitos ontem e hoje, de que seguramente foram suscitados pelos pronunciamentos que fizéramos desta tribuna, com o apoio dos meus companheiros de partido.

E devo iniciar a resposta, particularmente ao Deputado que me antecedeu na tribuna, dizendo...

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência, na continuidade, me concederia um aparte?

O SR. AIRTON CORDEIRO — Com muito prazer.

... dizendo que o homem, como se afirmou aqui, "habitado a viver à sombra do arbítrio, não se subordina jamais à decisão maior do eleitor".

Infeliz em toda a sua amplitude a afirmação, porque ela não cabe definitivamente ao Governador Ney Braga.

Em primeiro lugar, porque como homem público, se fez sempre à sombra do voto popular. Em segundo lugar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque deixa o governo do Paraná para enfrentar a aprovação das urnas, porque nunca foi premiado como Senador, com um mandato de oito anos, porque sempre perseguiu, nas suas eleições, o apoio da sua gente.

E vai buscar esse apoio novamente, e tivesse Ney Braga algum receio, não se desincompatibilizaria para ser candidato ao Senado da República pelo Paraná, para ser efetivamente o Senador que o Paraná está precisando. Não só o Senador para fazer política no cenário nacional, mas o Senador para apoiar o Paraná nas reivindicações administrativas deste Estado. Não só o Senador para ocupar a tribuna e para com posicionamentos ideológicos partidários, assumir posições, mas o Senador para ajudar efetivamente o desenvolvimento do Paraná, que não é ajudado só com as palavras que se perdem e que são consumidas pela voracidade da demagogia.

Ora, Sr. Presidente, me causa estranheza até, que o ex-Líder do PMDB nesta Casa venha denunciar a bioncidade do Governador Ney Braga, ele que convive hoje no seu partido e que certamente venera dentro do seu partido, pessoas que são consideradas de vital importância para a eleição do Senado que o PMDB lança do Governo do Estado do Paraná. Pessoas que não foram provadas jamais numa urna e uma delas, o Senador biônico que está nos quadros do PMDB, quando tentou as urnas, foi fragorosamente derrotado por Ney Braga, que fez 65 por cento dos votos dos paranaenses, indo para o Senado em Brasília.

Ora, Sr. Presidente, onde está a coerência de parlamentares que têm responsabilidade para com a opinião pública?

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência me permite um aparte? — (Assentimento).

Apenas para lembrar Vossa Excelência esqueceu mais dois biônicos, o Sr. Jayme Canet, que a bancada do PMDB desta Casa atacava com toda a veemência, como atacou hoje o Governador Ney Braga, e hoje anda de abraços e beijos com o Senador José Richa e o Governador mais desonesto que houve neste Estado, o Sr. Haroldo Leon Peres, cassado como desonesto

como corrupto, está de mãos dadas e braços dados com o PMDB que é uma verdadeira arca de noé, que abriga todos os bichos, de todas as espécies.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Deputado Erondy, eu me reportaria a este episódio, e particularmente a seguir, e me reporto agora, ao pronunciamento de ontem, do Deputado Trajano Bastos, quando pretendendo responder às nossas afirmações desta tribuna, somente se preocupou em criticar o atual Governo, esquecendo-se, no entanto, que as mesmas críticas feitas ontem daquela tribuna e nesta mesma Casa, foram as críticas repetidas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao então adversário da Oposição, o ex-Governador Jayme Canet Jr.

São os mesmos Deputados, Sr. Presidente, que estão falando contra Ney Braga e que estão triunfalisticamente falando de Canet para o Paraná, que há poucos anos atrás colocaram à execução pública.

O biônico de hoje, Sr. Presidente, é o mesmo de ontem. Com uma diferença. O biônico de hoje foi o primeiro Prefeito eleito de Curitiba; voto popular. Foi Deputado Federal de toda a história do Paraná que obteve o maior percentual de votos para a Câmara Federal aqui na Capital. Este é o biônico de hoje.

Foi o Senador que recebeu 65 por cento dos votos, quando concorreu com o Senador biônico do PMDB, que ganhou de graça um emprego de oito anos, sem querer fazer concurso público.

O biônico de hoje, Sr. Presidente, é o mesmo que fez do Paraná, na década de 1960, a grandeza deste Estado, ainda hoje tão bem lembrada numa reunião de mais de 500 empresários no Círculo Militar do Paraná, sobre os aplausos daqueles homens que têm responsabilidade e consciência social e que sabem o que significou o Governo de Ney Braga e agora este homem é atacado.

Procuram vilipendia-lo como se esta fosse a única arma da Oposição, para ganhar as eleições.

Mas talvez seja, Sr. Presidente, porque o nosso sábio Rui, o juriconsulto, o político, o grande homem que inspirou a nossa juventude, disse certo dia que há certos brasileiros que mentem, mentem que a mentira acaba se transformando em verdade.

Mas nós estamos aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para repelir a inverdade. Estamos aqui para fazer justiça a quem tanto fez pelo Paraná.

Ora, acabamos de ouvir as informações do Deputado que me antecedeu na tribuna, apresentando um rosário de pareceres do Senador candidato da Oposição ao Governo do Estado e certamente impressionou a esta platéia que se encontra presente.

Meus amigos, não há nada de mais elementar, não há nada de mais simples, não há nada de maior, de mais relevante, do que oferecer um parecer que, na maioria das vezes, é escrito por uma assessoria e que o Senador ou o Deputado para assinar é perseguido nos corredores para colocar a sua assinatura no documento.

O que queremos realmente, é ver o trabalho feito, desenvolvido pelo Paraná, este é o trabalho que queremos.

Mas, a Oposição se preocupa exclusivamente em negar aquilo que se faz e que se fez. A Oposição que até há pouco tempo tinha um mínimo de coerência, hoje fez esta coerência mergulhar na sua incoerência, pela sua conveniência, porque, até pouco tempo, o PMDB tinha um Governador biônico, um Senador biônico no Rio de Janeiro, hoje o PMDB, pela sua conveniência de pretender ganhar uma eleição, agasalhou em seu Partido tantos biônicos, ex-Governadores, atuais Senadores, esquecendo-se do seu compromisso programático, esquecendo-se de sua doutrina, esquecendo-se de tudo aquilo que disse em praça pública e que hoje não tem, efetivamente, como justificar porque a mentira não se justifica, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pela ordem, concedo um aparte ao Deputado Erondy Silvério.

O Sr. Erondy Silvério — Apenas não queria interromper o brilhante pronunciamento de Vossa Excelência, pronunciamento que dá uma resposta caba às leviandades afirmadas da tribuna, pelo Deputado Nilton Friedrich, que culpou, em determinados instantes, o Governador Ney Braga, pelo desemprego e até pela miséria.

Então, ele está conferindo ao Governador Ney Braga, uma força extraordinária, porque, se considerarmos que quase todos os Estados brasileiros vivem hoje o drama do desemprego, se considerarmos que diversas nações do mundo ocidental, evidentemente - porque o que se passa lá atrás da cortina, uns poucos Deputados do PMDB sabem, mas o mundo livre, o mundo democrático não sabe, não tem conhecimento.

Então, o que sabemos é que, no mundo ocidental, também há a miséria, também há o desemprego, porque hoje a economia mundial vive em recessão.

O Governador Ney Braga é um homem extraordinário, tem uma força espantosa, porque ele é o pai do desemprego. Quer dizer, procurou-se imputar ao Governo do Estado males que fogem à sua percepção, à sua ação administrativa. Mas, esqueceram-se de dizer que este Governo já aplicou em três anos aquilo que eu afirmei ontem, nesta Casa, uma vez e meia do que foi aplicado pelo Governador Jayme Canet, que tanto eles combateram e que hoje vivem aos abraços e aos afagos.

É preciso que o Paraná saiba que neste Governo, já se investiu uma infra-estrutura de obras que veio beneficiar todo o Estado do Paraná, uma vez e meia do que se fez em quatro anos, no Governo Canet. Que neste Governo se construiu uma média de três salas de aula por dia. Nós vemos, em São Paulo, o Governador Malluf fazer um "oba-oba", uma festa, pagar páginas e páginas de revistas para promover o seu Governo, que construiu uma sala de aula por dia; o nosso construiu três.

Em telefonia, dobramos o número de telefones. Não existe hoje um Município no Paraná que não opere em DDD.

Se fôssemos aqui enumerar as realizações de Ney Braga nestes três anos de governo, não chegariam os minutos que restam a Vossa Excelência, na Hora do Expediente, da sessão de hoje. Mas, é um relatório que o povo do Paraná tem no coração.

E o desafio que ele fez ontem nesta Casa, dizendo que estamos vivendo o outono de um patriarca, jamais poderá provar, porque as urnas de 15 de novembro dirão exatamente o contrário. As urnas de 15 de novembro haverão de consagrar mais uma vez, o nome desse grande paranaense que tanto tem feito por esta terra e sempre desinteressadamente.

Portanto, as palavras da Oposição, são palavras da oposição. São palavras de quem nunca realizou nada, pelo Paraná.

Vejam a história do candidato do PMDB, Senador Jose Richa. Vejam a situação calamitosa em que ele deixou as finanças da Prefeitura de Londrina. Não sou eu quem afirma, é o ex-Prefeito Belinati quem afirmou. E não teve contestação. Deixou dívidas superiores a dois trilhões de cruzeiros.

Vê Vossa Excelência que a primeira oportunidade que um candidato do PMDB teve de exercer uma função executiva, fracassou e redondamente.

E nós, o povo do Paraná, não entregaremos o Estado florescente em sua economia, não entregaremos um Estado que, até hoje, teve mãos habilidosas e carinhosas, no trato da coisa pública, exceção do ex-Governador Leon Peres, que também está no PMDB.

A população do Paraná não entregará isto a um homem inexperiente, a um homem inexpressivo administrativamente.

Fala bem o candidato do PMDB mas não tem uma obra administrativa para mostrar ao povo paranaense.

O que é que a Oposição tem a oferecer? Ataques.

Mas aqueles que continuam jogando as pedras. Nós iremos recolhê-las para construir este grande Paraná que não vive da mentira, que não vive da solécia de alguns Deputados radicais que conhecemos muito bem a origem política.

Essa gente não tem nada a oferecer ao Paraná. A não ser a demagogia e mentiras.

Mas, o nosso Governo já provou, não apenas por uma vez, mas tantas e tantas vezes foi testado e provou o seu espírito público e principalmente o seu tino administrativo.

E nós temos o nosso candidato, Saul Raiz, homem testado e provado por diversos postos executivos que ocupou neste Estado.

Está aí o problema das enchentes curitibanas resolvidas no período governamental de Saul Raiz.

(Tumulto)

Sr. Presidente, estou ouvindo falarem sem permissão. Pediria a Vossa Excelência que, da mesma forma, nos assegure o direito da palavra.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa solicita mais uma vez, aos Srs Deputados, que respeitem o orador que está com a palavra.

O Sr. Erondy Silvério — Então vê Vossa Excelência que o nosso candidato que apresentamos ao povo do Paraná, é um homem testado — não nas urnas, será agora a primeira vez, mas administrativamente sim.

Conheci Saul Raiz a primeira vez quando me elegi Vereador à Câmara Municipal de Curitiba, como Diretor do Departamento de Urbanismo da Prefeitura e responsável pelo planejamento que aí está.

Ali se iniciou os primórdios deste grande planejamento que hoje tem Curitiba, que é um orgulho de nosso Estado, de nossa gente, em todo o País.

Curitiba tem sido um retrato, um retrado de boa administração.

Veja Vossa Excelência que, ainda há poucos dias, o Prefeito Jaime Lerner foi convidado para proferir conferências em diversas cidades dos Estados Unidos, e sempre se disse neste País, que o que era bom para os Estados Unidos era bom para o Brasil, mas agora, podemos inverter esse conceito — o que é bom para Curitiba, deve ser para os Estados Unidos, porque estamos, o nosso Prefeito foi convidado e proferiu conferências lá nas universidades americanas sobre o planejamento da cidade iniciado por Saul Raiz, que esses jovens não sabem, porque não militavam na política; em 1956.

Depois disto, Saul Raiz foi para o Departamento de Estradas de Rodagem - está aí a Rodovia do Café, também obra da administração do primeiro governo de Ney Braga, tendo à frente dos destinos da Secretaria de Viação e Obras Públicas daquela época, o engenheiro Saul Raiz. Depois disto veio à Prefeitura de Curitiba, e a administração que ele fez recebeu dos bairros de Curitiba, um diploma que ele deve guardar com muito orgulho, porque este diploma eu invejo, como homem que sempre militou na política curitibana, que é amigo dos bairros de Curitiba.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa o nobre orador que está encerrado o horário que tinha para fazer uso.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 47 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 67/81, de autoria do Deputado TÉRCIO ALBUQUERQUE, que concede o título de Cidadã Benemérita do Paraná a LEONCIE LÉA CORREIA LEAL. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 90/81, de autoria do Deputado LEÔNIDAS CHAVES, que cria o Município de TURVO, com território desmembrado do Município de Guaruva, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **EM REGIME DE URGÊNCIA — Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 91/81, de autoria do Deputado LEÔNIDAS CHAVES, que cria o Município de CANTA GALO, com território desmembrado do Município de Guarapuava, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **EM REGIME DE URGÊNCIA — Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 144/81, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Dr. EGAS PENTEADO IZIQUE. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 148/81, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA, que concede o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Dr. FRANCISCO CUNHA PEREIRA FILHO. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 157/81, de autoria do Deputado TÉRCIO ALBUQUERQUE, que declara de utilidade pública o CLUBE DO GOLFINHO, com sede e foro nesta Capital. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 159/81, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. nº 128/81), que autoriza o Poder Executivo doar à Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná - Núcleo Regional de Cornélio Procopio, lote de terreno situado na sede do referido município, conforme especifica. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 163/81, de autoria dos Deputados ADALBERTO DAROS, JOÃO MANSUR e GILBERTO AGIBERT FILHO, que concede o título de Cidadão Benemérito do Paraná a Dom BASILIO EFRAIM KREVEY. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 31/82, de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Dr. LUIZ JOSÉ GUIMARÃES FALCÃO. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 35/82, de autoria do

PODER EXECUTIVO (Mens. Govern. nº 40/82), que dá nova estrutura ao Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — Em votação.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Para encaminhar) Sr. Presidente.

Há poucos dias o Diário Oficial do Estado, mais precisamente dia 19 ou 20 do mês passado, noticiava que uma empresa pública estava prestes a fixar os vencimentos de alguns técnicos de nível superior, no valor de 120 mil cruzeiros fixos e mais uma gratificação de 80 mil cruzeiros; isto equivale dizer que, o Tribunal de Alçada e o Tribunal de Justiça, estão sendo defasados na composição dos seus respectivos quadros de Assessores lotados nos cargos em comissão ou cargos de confiança; à medida em que isso se exacerba, Sr. Presidente, o Poder Judiciário vai perdendo também a sua possibilidade de trazer com plenitude, a satisfação da Justiça, da distribuição da Justiça que é um dos seus pontos mais altos e temos ouvido, Sr. Presidente, de alguns assessores, reclamações de que o Poder Judiciário sempre que reivindica melhorias de seus quadros, seja ele do Quadro de efeitos ou do Quadro do Pessoal de Assessoramento Superior, ficam a reboque das conveniências e das injunções do próprio Poder Executivo.

O posicionamento que queremos declinar, Sr. Presidente, mais uma vez, é no sentido de conclamar o Poder Judiciário para que, ao remeter as suas reivindicações, seus anteprojetos, para que deles faça uso o Poder Executivo, e remeta para esta Assembléia em forma de mensagem, o faça com o devido critério para adequar os seus Quadros.

Sr. Presidente, a Presidência do Tribunal de Alçada, que conta com assessoramento de lotação nos cargos 1-C, haveria de fazê-lo da mesma forma que esta Assembléia, para ocupar os cargos de direção lotados nos DAS-3, ou quando muito, no DAS-4.

Igual erro no meu entendimento, cometeu o Tribunal de Justiça ao consignar, ao criar esta nomenclatura, diminuindo assim a possibilidade de arregimentar homens competentes do alto mundo jurídico, para fazer o assessoramento adequado à Presidência do Poder Judiciário.

Esta Assembléia mesmo, Sr. Presidente, tem no cargo de Direção, de Assessoramento Superior, DAS-3, o Tribunal de Justiça previu de uma forma muito acanhada, DAS-4, talvez até por injunções do Poder Executivo, porque sabe-se que a matéria remetida para esta Assembléia, na oportunidade da sua discussão e votação, da reestruturação do Quadro do Poder Judiciário, as injunções impostas lá pelo Executivo e especialmente pelos tecnocratas que administram as finanças do Estado, deixando de lado a prestação jurisdicional, e olhando aplicabilidade financeira de acordo com as suas conveniências, cortara algumas pretensões do Judiciário que, por sua vez, acabou declinando diante dessa justificativa.

Sr. Presidente, assim está ocorrendo neste projeto de lei que está em discussão. Não houve uma previsibilidade suficiente, adequada para fazer esta composição igualitária para o Tribunal de Alçada.

Tribunal de Alçada que, quando da sua quase extinção, fomos dos primeiros a ir para esta tribuna e defender a instituição criada antes da Lei Orgânica da Magistratura e por esta razão, nos parece, há uma necessidade de melhor entrosamento entre as direções dos Poderes Judiciário e do Tribunal de Alçada, para que esta Assembléia não fique à mercê do conhecimento pleno das necessidades funcionais do Poder Judiciário.

Não se viu aqui, Sr. Presidente, a não ser uma ou outra pessoa do Poder Judiciário indo até a Liderança, somente à Liderança do Governo que, sem consulta à Liderança da Oposição, procurou deixar a matéria se esvair no âmbito de

comissões restritas, sem uma discussão maior com o interesse do Poder Judiciário.

É lamentável que isto aconteça, Sr. Presidente, quando se busca o aperfeiçoamento de uma legislação pertinente ao pleno funcionamento do Poder Judiciário.

E nós sabemos, Sr. Presidente, pelo exercício da advocacia, que o Poder Judiciário hoje responde pela culpabilidade que não tem, de má distribuição da Justiça, quando na verdade esta má distribuição da Justiça é causada pela deficiente remuneração, especialmente no Estado do Paraná.

O Mato Grosso, Sr. Presidente, que acaba de criar o seu quadro, dá à Magistratura uma remuneração quem sabe, mais ou menos igual a de engenheiros lotados nas empresas de economia mista, e as empresas públicas daqui do Estado do Paraná.

E é por esta razão, Sr. Presidente, que entendemos lamentavelmente de forma isolada, entendemos que o Poder Judiciário ao remeter as suas mensagens para esta Casa não se esqueça de dialogar com todas as lideranças, com os partidos políticos.

Porque, da nossa parte, da parte do nosso partido, manifestamos o real interesse de adequar os quadros funcionais dos poderes constituídos para que se exerça e se exercite com plenitude a distribuição da Justiça.

Neste sentido, Sr. Presidente, deixo mais uma vez o meu protesto pelo esquecimento, quem sabe até não esquecimento, mas uma mera inadvertência que a própria história da instituição poderá pagar.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Em votação o Projeto de Lei 35/82. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 61/81, de autoria do Deputado DENI SCHWARTZ, que eleva o número de cadeiras da Câmara Municipal de Francisco Beltrão. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 81/81, de autoria do Deputado DENI SCHWARTZ, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS EX-INTEGRANTES DO 5o. BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE, com sede e foro na cidade de Curitiba. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 111/81, de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que declara de utilidade pública a SOCIEDADE MAÇÔNICA DE BENEFICÊNCIA — SOMABE, com sede e foro em Jandaia do Sul. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 173/81, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA, que aumenta o número de Vereadores da Câmara Municipal de Pato Branco. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - Em votação.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Para encaminhar) Sr. Presidente, este projeto aumenta o número de Vereadores de Pato Branco.

Apenas para lembrar de que aqui está concretamente uma prova de que o censo de 1980 foi furado, Sr. Presidente.

Deve-se rememorar de que o censo de 70 só apresentou os resultados finais em 1975. Apressadamente o IBGE apresentou os resultados do censo de 80, no limiar de 1981. Pato Branco

compareceu no censo de 80, com uma população de 47 mil habitantes, no município.

E agora se constata de que Pato Branco tem 30 mil eleitores. À primeira vista podem pensar de que o número de eleitores é que é fictício, mas não é a realidade. O que é fictício, o que não é real é o número de habitantes.

Porque foram cancelados dois mil títulos, transferidos, e já em 1978, nas eleições de 1978, votaram em Pato Branco 22 mil eleitores, o que vale dizer, em 78 já tínhamos mais de 50 mil habitantes. E lembro à Casa este dado porque reclamações as mais diversas por todo o Brasil, de pessoas que não foram recenseadas. Digo isto, Sr. Presidente, com a grande preocupação de que dados nesta Nação já foram manipulados e manipulados para a verdade não fosse conhecida. Foi manipulando dados do nosso potencial hidrelétrico, que se pretendeu justificar o projeto de energia nuclear; quando se dizia, numa projeção feita pela ELETROBRÁS, que o Brasil teria deficiência de energia elétrica já no correr dos anos 80. E ao findar 1981 se constatou que há um superávit de três bilhões de Kw.

Por isto, Sr. Presidente, quando lembramos de que dados estatísticos foram falsificados, tais daqueles que diziam que a inflação era 12%, para justificar o pretendido milagre brasileiro. E agora, quando encontramos em um município a prova concreta de que o dado do recenseamento de 80 foi furado, furado por apresentar um número de população menor, queira Deus de que a projeção a ser levantada a partir da realidade de Pato Branco, não acompanhe o resto do Brasil. Porque temos hoje em Pato Branco, tranquilamente, uma população de 60 mil habitantes e o censo registrou apenas 47 mil.

No Município está havendo um prejuízo muito grande, porque vários são os critérios de que dão em retribuição impostos ao município, em função de sua população, e até mesmo do subsídio dos Vereadores, que é o caso em que a Câmara está sendo aumentada.

Mas digo que, queira Deus, que a projeção feita pelo erro do censo não atinja o Brasil inteiro. Porque daí teríamos uma população bem superior à apontada, que é de 120 milhões de brasileiros.

Digo isto porque se os dados forem manipulados, realmente se os dados forem manipulados, teríamos hoje no Brasil a constatar, com uma população de 150, 160 milhões, — seria o cálculo a partir da projeção, se o mesmo índice de erro que ocorreu em Pato Branco ocorresse em outros municípios, teríamos hoje uma população de mais de 150 ou de 160 milhões de habitantes. E daí, todos os brasileiros estariam conscientes de que o empobrecimento desta Nação foi, verdadeiramente, nos últimos anos, uma grande catástrofe que se abateu sobre a Nação.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Continua em votação, o Projeto de Lei n.º 173/81. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 02/82, de autoria do Deputado AUGUSTO CARNEIRO, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DAS VOLUNTÁRIAS DA DIVINA PROVIDÊNCIA", com sede e foro na cidade de Ponta Grossa. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 08/82, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que cria o Distrito Administrativo de Jangada, no Município de Iporã, com as seguintes divisas e confrontações que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º

09/82, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que cria o Distrito Administrativo de Nilza no Município de Iporã, com divisas e confrontações que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 10/82, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que cria o Distrito Administrativo de Guaiporã, no Município de Iporã, com as divisas e confrontações que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 15/82, de autoria do Deputado GILBERTO REZENDE DE CARVALHO, que declara de utilidade pública o "CENTRO ESPÍRITA CAPA DOS POBRES", com sede e foro nesta Capital. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar n.º 37/81, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 39/81), que dispõe sobre novo Estatuto da Polícia Civil do Estado. — (Anexa Mensagem Aditiva n.º 50/82). (APROVADO O PROJETO NESTE TURNO, POR APRECIAR AS EMENDAS). Parecer FAVORÁVEL DA COMISSÃO ESPECIAL — COM EMENDAS — E EMENDA DE PLENÁRIO. — Em votação.

O SR. JOSÉ TAVARES — (Pela ordem) Sr. Presidente, consulto Vossa Excelência para que esclareça ao Plenário e a este Deputado se vai ser colocado em votação o projeto, ou se vão ser colocados em votação o projeto e as emendas, ou apenas as emendas.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa ao nobre Deputado que o projeto já fora aprovado neste turno, serão colocadas em votação as emendas.

O SR. JOSÉ TAVARES — Muito obrigado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela ordem) Em se tratando de Lei Complementar, de Estatuto, o Regimento prevê determinadas regras para sua aprovação. Aliás, faço este alerta para não ocorrer o que aconteceu aqui nos dias 16, 17, 18 e 19 de dezembro, quando se aprovou o Regimento de Custas das escrivatinhas dos feitos judiciais e extra-judiciais do Poder Judiciário que, inclusive, está sendo discutida até hoje em função de falha no processo legislativo.

Quero declarar aqui que a minha manifestação em nome do partido, naquela oportunidade, poderá trazer ainda o inconveniente de uma representação de inconstitucionalidade.

Para que isso não ocorra, Sr. Presidente, peço a Vossa Excelência a observância do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa ao nobre Deputado que o projeto já foi aprovado no dia 28/04/82, por unanimidade. E irá colocar em votação apenas as emendas.

Está em votação a Mensagem Aditiva n.º 39/81, de 30/04/81, anote-se ao Projeto de Lei Complementar n.º 37/81. Srs. Deputados que o aprovam, queiram se conservar como estão. — **Aprovado.**

Em votação a Emenda n.º 17, da Comissão Especial. (Lê)
"EMENDA N.º 17"
Ao Projeto de Lei Complementar n.º 37/81
O item I, alínea "a" e "b" do Art. 5.º, do Projeto de Lei Complementar n.º 37/81, passa a vigorar com a seguinte reda-

ção:

"Art. 5.º — ...

I — A nível de direção

a) — Departamento de Polícia Civil do Estado do Paraná;

b) — Conselho da Polícia Civil.

Sala das Comissões, em agosto de 1981.

(a) LUIZ GABRIEL SAMPAIO

Apoio: LINEU TURRA"

O SR. JOSÉ TAVARES — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Para encaminhar a votação, com a palavra ao Sr. Deputado José Tavares, que tem dez minutos para encaminhar a votação.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Através da Mensagem 39/81, do Poder Executivo, esta Casa está por apreciar o Estatuto da Polícia Civil, através de um projeto de lei complementar, o qual, dentro do que estatui o Regimento Interno desta Casa, fora submetido à ampla discussão, da forma como veio a este Poder, por uma Comissão Especial, constituída de Parlamentares do Partido do Governo e de Parlamentares do nosso Partido, o PMDB. Obedecendo o rito que se estabelece à análise e discussão de matéria desse tipo, a Comissão Especial se reuniu por inúmeras vezes, juntamente com as mais diferentes representações classistas da Polícia Civil e também do Sr. Secretário de Segurança Pública e, finalmente, concluiu em aprovar o anteprojeto da forma como veio, incluindo no seu texto algumas emendas que chegaram em número de 24, as quais foram sugeridas por todas as instituições representativas das mais diferentes categorias funcionais da Polícia Civil do Paraná.

Feito esse, Sr. Presidente, a Comissão Especial através deste Deputado, designado relator, elaborou um parecer que peço permissão para proferir a sua leitura. (Lê):

"Parecer ao Projeto de Lei Complementar n.º 37/81.

Autor: PODER EXECUTIVO.

SÚMULA: Dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil.

1 — Através de Mensagem n.º 39/81, o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado encaminha a esta Assembléia, para os fins previstos na Constituição do Estado, o presente projeto de lei que dispõe sobre o novo Estatuto da Polícia Civil.

Em sua exposição justificativa, aquela autoridade assevera que "o plano de lei ora submetido a essa augusta Casa de Leis é altamente significativa e consulta plenamente aos superiores interesses da administração e da coletividade."

2 — Após reiterados debates, consultas e pesquisas sobre a matéria, a Comissão Especial, tem manifestado seu entendimento que, embora atinja, o projeto, as finalidades a que se propõe, necessita, em alguns de seus dispositivos, pequenos reparos, para torná-lo justo e viável.

3 — Aberto o prazo para oferecimento de emendas, no âmbito da Comissão, com o fito de proporcionar aos legisladores a oportunidade de efetuar as alterações que o viabilizariam, foram recebidas 42 emendas, de natureza diversa, as quais são anexadas ao presente parecer.

4 — Isto posto, passo a examinar as emendas oferecidas, o que, por economia processual, avaliarei em conjunto abstenendo-me de analisá-las uma a uma, por considerar desnecessário maior comentário a respeito.

Acolho, por pertinentes e tempestivas as Emendas n.ºs 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41 e 42, por conformarem-se com os anseios dos integrantes das carreiras abrangidas por este diploma e pela sua perfeita adequação à legislação vigente, notadamente a pertinente ao Estatuto dos Funcionários Públicos deste Estado e demais códigos e estatutos de classe, em pleno vigor.

Dest'arte e de consequência, deixo de acolher e acatar as Emendas n.ºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 24, por contrariarem, basicamente, textos legais e constitucionais, a par de envolverem matéria estranha ao objeto de iniciativa, vez que, em sua maioria, pretendem estender o agasalho desta lei aos integrantes de outras corporações que não a Polícia Civil.

5 — Desta forma, após detidamente examinada a matéria podemos verificar, e com clareza, que satisfeitas as finalidades propostas e realizadas as alterações provocadas pelas emendas acatadas, encontra-se o projeto de lei, em condições de ser submetido ao Plenário para aprovação, atingindo o desiderato proposto.

Com essa medida, embora de pequeno alcance, estar-se-á corrigindo e reparando algumas injustiças e desigualdades, que, reiteradamente, vinham sendo cometidas contra os integrantes do quadro policial civil do Estado do Paraná.

Assim, sanados os dispositivos irregulares contidos no projeto, somos de parecer favorável à sua aprovação, tornando-o integrantes de seu texto, as Emendas de n.ºs 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41 e 42. É o parecer, salvo melhor entendimento. Sala das Comissões, em 25 de novembro de 1981. Assinado Deputado José Domingos - Presidente; Deputado José Tavares - Relator."

Sr. Presidente e Srs. Deputados, diante da peculiaridade do processo legislativo que uma lei complementar exige, entendi a necessidade de proferir a leitura deste parecer, porque é com ele que nós vamos estar, e digo porquê: sei que está em votação uma das 24 emendas acatadas pela Comissão, a de n.º 17. Todavia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, como o nosso entendimento será favoravelmente a todas as 24 emendas aprovadas pela Comissão Especial, nós, por ora, deixaremos de tecer maiores considerações com relação a esta emenda, porque ela também terá o nosso parecer favorável para nos atermos às demais, assim que as mesmas forem colocadas em votação. Portanto, o nosso posicionamento é a favor, no sentido de que a Emenda 17 seja aprovada por este douto Plenário. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Em votação a Emenda n.º 17.

Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Domingos.

O SR. JOSÉ DOMINGOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Foi com honra que recebemos a incumbência de presidirmos a Comissão Especial de estudo do Estatuto da Polícia Civil. E, durante vários meses, em muitas sessões, com presença de representantes das diferentes categorias da Polícia Civil, debatemos todos os aspectos da Mensagem Governamental 39/81. Houve também sessões particulares da própria Comissão, e houve o entendimento da apresentação de 24 emendas, emendas que consideramos perfeitamente razoáveis, e que vão trazer, evidentemente, uma melhor condição ao diploma do Estatuto da Polícia Civil.

Então, na condição de Presidente, e como assinei o parecer, agora há pouco lido pelo Deputado José Tavares, já quero me posicionar antecipadamente a favor de todas as 24 emendas apresentadas.

Não posso, conscientemente, me posicionar contrariamente a qualquer uma das emendas apresentadas, porque as emendas apresentadas foram o resultado de um consenso, da oitiva de várias opiniões, de vários estudos. No entanto, sabemos que houve, posteriormente, novos estudos através de componentes da Bancada de nosso Partido, que encontraram apoio, talvez, para, mais tarde, aqui na votação, não acatarem certas emendas apresentadas.

Mas, temos a certeza de que a maioria das emendas apresentadas serão votadas favoravelmente pelos Srs. Deputados do

PDS. Quero, também, registrar aqui, que sou favorável a esta emenda, em apreciação e votação neste momento, e espero contar com o apoio dos companheiros de Bancada, para aprovação desta emenda e de outras realmente importantes e significativas para a classe policial. Aachamos que é chegado o momento histórico para a classe policial paranaense que há muito tempo aguarda o seu quadro de Estatuto próprio. E, neste momento, queremos enaltecer o interesse do Governador Ney Braga em enviar esta Mensagem, a esta Casa, e o interesse em vê-la aprovada.

Em várias oportunidades o Sr. Governador manteve contato conosco para saber do andamento da matéria.

Hoje, estamos aqui, temos a certeza que sairemos, esta semana, com o Estatuto da Polícia Civil votado, aprovado e para a sanção.

Este Estatuto virá trazer inúmeros benefícios à classe policial, conforme já tivemos oportunidade de tecer considerações em outras oportunidades. Muitos policiais estão aguardando a aprovação do Estatuto para se aposentarem, outros, estão aguardando o Estatuto para melhorias que advirão com o mesmo. Melhorias em níveis percentuais de vencimentos, que nos deixam a pensar: realmente, imaginávamos que os índices fossem maiores. No entanto, o Governo deu aquilo que seria possível, no momento.

Temos certeza que a classe policial que sempre lutou e aspirou por melhores condições, continuará a sua luta, a aspirar melhores condições para oferecer um trabalho digno, decente, em favor do povo paranaense, em favor da segurança do povo paranaense.

Concluo reafirmando a minha posição de votar favoravelmente a todas as emendas apresentadas. Porque assim penso estar agindo com aquilo que é honesto, sincero e com aquilo que debati e troquei idéias, na Comissão da qual fui Presidente, e que participei com muita atividade com meus companheiros.

Quero, neste momento, registrar, inclusive, palavras de agradecimento aos Deputados Luiz Gabriel Sampaio e Nelson Buffara, do meu Partido, e Lineu Turra e José Tavares, do PMDB, que tanto trabalharam no Estatuto.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Está em votação a Emenda n.º 17.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, requero a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — A Mesa defere.

O Sr. 1.º Secretário procederá a chamada dos Srs. Deputados.

(É feita a chamada)

(O Sr. 1.º Secretário procede a 2.ª chamada nominal dos Srs. Deputados)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — 43 Srs. Deputados responderam a chamada nominal dos Srs. Deputados. Há "quorum" para deliberação.

Continua em votação a Emenda n.º 17; em votação. — Aprovada.

Em votação a Emenda n.º 18. (Lê):

"EMENDA N.º 18

Ao Projeto de Lei Complementar n.º 37/81

O item II, alínea "a", "b", "c" e "d", do Art. 5.º, do Projeto de Lei Complementar n.º 37/81, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5.º — ...

II — A Nível de Assessoramento

a) — Secretaria Executiva;

b) — Corregedoria da Polícia Civil;

c) — Inspetorias; e

d) — Assessoria Técnica.

Sala das Comissões, em agosto de 1981.

(a) LUIZ GABRIEL SAMPAIO

Apoio: LINEU TURRA"

O SR. JOSÉ TAVARES — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, da mesma forma como nos posicionamos com relação à Emenda n.º 17, queremos deixar, aqui, a posição da nossa Bancada que é, a posição favorável à Emenda n.º 18, de autoria do nobre Deputado Gabriel Sampaio, também autor da Emenda n.º 17, anteriormente aprovada; apenas para que conste que a nossa Bancada votará favoravelmente à Emenda de n.º 18, de autoria do nobre Deputado Gabriel Sampaio.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Em votação a Emenda n.º 18. — Aprovada.

O SR. PRESIDENTE — Em votação a Emenda n.º 19. (Lê):
"EMENDA N.º 19

Ao Projeto de Lei Complementar n.º 37/81

O § 2.º do Art. 39, do Projeto de Lei Complementar n.º 37/81, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 39 — ...

I — ...

II — ...

§ 1.º — ...

§ 2.º — O servidor policial civil removido, deve entrar em exercício na nova sede no prazo de trinta dias, no interior do Estado, e, de oito dias na Capital ou no mesmo município.

Sala das Comissões, em de agosto de 1981.

(a) LUIZ GABRIEL SAMPAIO

Apoio: LINEU TURRA"

O SR. JOSÉ TAVARES — (Para encaminhar a votação) Para encaminhamento de votação da Emenda n.º 19, Sr. Presidente.

Da mesma forma como nos posicionamos, a favor das Emendas de n.ºs 17 e 18, queremos deixar aqui a nossa posição, favorável a esta emenda, também de autoria do nobre Deputado Gabriel Sampaio, que diz o seguinte: (Lê a emenda).

A nossa posição é favorável a esta emenda, Sr. Presidente, na medida em que ela vem beneficiar o policial removido, e, sendo a Polícia Civil uma instituição onde a remoção acontece reiteradamente pelos mais variados motivos e principalmente quando se trata de interesses políticos, é por esta razão que nós temos que deixar registrada a nossa posição favorável a esta emenda, porque ela virá assegurar ao policial — que muitas vezes não tem culpa da sua remoção — o direito de ter um prazo maior para se acomodar, para promover a sua mudança, transferência de escola de seus filhos, e, por conseguinte, ter um maior tempo para tomar posse do cargo a que venha a ser designado, quer seja no interior, estando ele na Capital, quer seja estando ele no interior, removido para a Capital. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Em votação a Emenda n.º 19.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — (Para encaminhar a votação) É apenas, Sr. Presidente, para agradecer ao Deputado Tavares, pela veemente defesa que fez, das minhas emendas.

Era só isto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Em votação a Emenda n.º 19.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Para encaminhar a votação) Sr.

Presidente, vê Vossa Excelência que, não há nenhuma preferência partidária ou política, na apreciação das emendas; a emenda defendida pelo nobre Deputado José Tavares há poucos instantes e que é de autoria do nobre Deputado Luiz Gabriel Sampaio, a Bancada rejeitará, aprovando, em seguida, a Emenda n.º 38, como homenagem ao ex-policia, ex-Delegado José Tavares, porque é de idêntica redação, então, essa Emenda n.º 38 será aprovada, numa demonstração de que a Bancada não olha cores partidárias, na apreciação das matérias que aqui são encaminhadas pelo Poder Executivo. Então a Bancada rejeitará a Emenda n.º 19, por ter idêntica redação da Emenda n.º 38, de autoria do Deputado José Tavares. — (Sem revisão do orador).

O SR. JOSÉ TAVARES — (Pela ordem) Sr. Presidente, apenas para agradecer a colocação do Deputado Erondy Silvério, e dizer que, realmente, a Emenda de n.º 38 de nossa autoria, ela é repetitiva, mas eu sei que por questão até de ética e respeito ao Deputado Gabriel Sampaio, eu, por ser da outra, preferi defender a dele.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Será colocada em votação a Emenda de n.º 19.

Se rejeitada, automaticamente, prejudica a 38 e se aprovada a 19, fica sem efeito a 38.

Em votação a Emenda n.º 19. — **Aprovada.**

Conseqüentemente, fica prejudicada a Emenda n.º 38.

Em votação a Emenda n.º 20. (Lê):

"EMENDA N.º 20

Ao Projeto de Lei Complementar n.º 37/81

O art. 40, do Projeto de Lei Complementar n.º 37/81, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 40 — Promoção é a elevação seletiva gradual e sucessiva do servidor policial civil estável à vaga de classe imediatamente superior àquela que pertença, pelos critérios de antigüidade e merecimento, na proporção de um terço e dois terços, respectivamente, na forma da regulamentação específica."

Sala das Comissões, em de agosto de 1981.

(a) LUIZ GABRIEL SAMPAIO

Apoio: LINEU TURRA"

O SR. JOSÉ TAVARES — (Para encaminhar a votação) Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Emenda n.º 20 altera o Artigo 40 do Projeto de Lei Complementar n.º 37, que é o Estatuto da Polícia Civil, e o Artigo 40 passará, se esta emenda for aprovada, a ter a seguinte redação:

"Promoção é a elevação seletiva, gradual e sucessiva do servidor policial civil estável, à vaga de classe imediatamente superior a que pertence, pelos critérios de antigüidade e merecimento, na proporção de um terço e dois terços respectivamente, na forma da regulamentação específica."

Esta emenda, Senhor Presidente, também é de autoria do Deputado Gabriel Sampaio e por entendermos que ela é uma emenda que vem de encontro com os anseios de uma grande parcela de policiais civis do Estado do Paraná, é que a nossa Bancada votará favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Em votação a Emenda n.º 20. — **Aprovada.**

Em votação a Emenda n.º 21. (Lê):

"EMENDA N.º 21

Ao Projeto de Lei Complementar n.º 37/81

SUPRIMA-SE do Art. 44, § 1.º, o item I do Projeto de Lei Complementar n.º 37/81.

Sala das Comissões, em de agosto de 1981.

(a) LUIZ GABRIEL SAMPAIO

Apoio: LINEU TURRA"

O SR. JOSÉ TAVARES — (Para encaminhar, Sr. Presidente)

Pediria a Vossa Excelência, que faça chegar até as minhas mãos, o projeto.

Enquanto ele não vem, eu justifico esta minha preocupação, pelo seguinte, porque em dezembro do ano passado, quando o projeto estava aqui para ser discutido e votado, juntamente com as 24 emendas da Comissão e uma de plenário de nossa autoria, tínhamos informações seguras de que das 25 emendas, apenas seis emendas seriam aprovadas pela Bancada do PDS.

Diante disso, em conversa que mantivemos, eu e o Deputado José Domingos, com as entidades de classe aqui presentes, da Polícia Civil, decidimos retirar de pauta, e o Plenário aprovou, por quatro sessões, o projeto e as emendas.

Voltando agora o projeto e as emendas, esta Emenda n.º 21 a exemplo da Emenda 20, que foi aprovado agora, mas que na época seria rejeitada, é que nós temos que colocar a nossa posição, de forma clara, insofismável, para que os Anais da Casa registrem a posição da nossa Bancada.

Temos informações — e eu aguardo que chegue o projeto —, de que a Emenda n.º 21, que está sendo aprovada agora e a 20, que já fora aprovada, mas que seria rejeitada em dezembro, será rejeitada a Emenda 21.

Por conseguinte, a nossa posição é favorável a essa emenda, mas peço permissão para ler o texto original do projeto para que as coisas fiquem mais claras, e aqueles que aqui estão presentes, possam saber como é que as coisas andam, caminham nesta Casa.

A emenda também de autoria do Deputado Gabriel Sampaio visa suprimir do artigo 44 § 1.º, o item 1.º, que diz o seguinte:

"Art. 44 — "A promoção por merecimento baseia-se no conjunto de qualidades e tributos que distinguem e realçam o valor do policial civil, avaliado no decurso da carreira e no desempenho de funções para a promoção."

E ainda — item 1.º — § 1.º — "Não pode ser promovido por merecimento o servidor policial — 1.º — em exercício de mandato eletivo. A nossa posição é no sentido de que seja suprimido este veto àquele policial que porventura esteja ocupando mandato eletivo. Por conseguinte entendemos nós que achamos que é através do instrumento político ou da classe política que se promove as transformações que o País, o Paraná está a exigir que o policial, que porventura esteja no exercício de um mandato legislativo tenha também o direito de ser promovido.

Por conseguinte, estamos também favoráveis à Emenda de n.º 21, do Deputado Gabriel Sampaio. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Está em votação a Emenda de n.º 21.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, à primeira vista pode parecer muito simpática a defesa feita pelo nobre Deputado José Tavares à Emenda n.º 21. Entretanto, nas próprias palavras do Deputado José Tavares, as promoções por merecimento se fazem por avaliação ao longo de toda uma carreira profissional do policial.

Agora vê Vossa Excelência que esta emenda, que o texto do Estatuto suprime as promoções por merecimento a quem esteja exercendo mandato eletivo, portanto afastado das funções policiais.

Então vê Vossa Excelência, citando um exemplo apenas, um policial que por quase que uma vida, como nós temos aqui Deputados, como é o caso do nobre Deputado Paulo Camargo que já vai para o sexto mandato, como é o caso do Deputado Francisco Escorsin que vai para o sexto mandato. Ora, um policial nestas condições ele não exerceu as suas funções de policial e às vezes a promoção dele tira o lugar, tira a vaga de outro que mereceu ao longo de todos esses anos em defesa da sociedade. E a própria Constituição Estadual no artigo 79, § 4.º, disciplina perfeitamente o assunto.

Portanto, a emenda eu acho que é em favor da própria corporação policial. Porque quem escolher a carreira política deve seguir a carreira política. Mas deixar as vagas de promoção a quem realmente exerce a função policial.

É por essas condições que a Bancada do PDS lamentavelmente não acolherá a emenda de um companheiro de bancada. — (Sem revisão do orador).

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, peço a palavra novamente para encaminhar novamente esta emenda.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Se for uma Questão de Ordem, Vossa Excelência está com a palavra.

O SR. JOSÉ TAVARES — Como questão de ordem, apesar de como Relator terei o direito, nos termos do Regimento, de encaminhar tantas quantas vezes forem necessárias.

É o seguinte: é para dizer ao Deputado Erondy Silvério que se as coisas fossem como ele colocou, como Vossa Excelência, Deputado Erondy Silvério colocou, eu estou de acordo com Vossa Excelência. Mas eu indago a Vossa Excelência o seguinte: um policial que com 25 anos de efetivo serviço prestado à sua instituição, venha se eleger Deputado, Vereador ou Prefeito, ele não terá direito a uma promoção? Ele deixa de ser bom policial só porque depois de 25, 30 anos de serviços prestados ao Estado na função policial ele venha a ocupar um cargo legislativo, indicado pelo povo?

Acho que isso é uma discriminação, acho que isto é próprio de um regime militar, acho que isto inclusive é inspiração de um Secretário de Segurança insensível aos clamores e aos apelos dos policiais civis do Paraná. Acho que é um direito legítimo do policial, concorrer a cargo eletivo e ser promovido. — (Sem revisão do orador)

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nós requeremos a Vossa Excelência que faça expungir dos Anais da Casa as afirmações do nobre Deputado. Porque aqui esta Casa é soberana na votação e não se deixa influenciar nem pelo Sr. Secretário de Segurança e nem por quem quer que seja.

A Bancada do PDS é suficientemente amadurecida. E não vingam as afirmações do nobre Deputado José Tavares; por que o exemplo que ele citou de um policial que dedicou 25 anos de sua vida à causa pública, da segurança pública, ele teve neste tempo as condições a que fez jus.

O SR. JOSÉ TAVARES — Nem conclui a minha questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Vossa Excelência está encaminhando à votação nos termos do Artigo 173 do Regimento Interno e, portanto, continua com a palavra.

O SR. JOSÉ TAVARES — Muito obrigado. Apenas para dizer o seguinte, que um policial que depois de 10, 15, 20 anos de serviços prestados à causa pública, venha a se eleger Vereador, Prefeito, Deputado ou Senador, ou Governador, — que felizmente vamos ter eleições neste ano depois de muitos e muitos anos sem eleições a Governador, não estaria prestando ele, no exercício de um mandato legislativo, também relevante serviço, não só à causa da Polícia, mas principalmente à causa pública do Estado?

É uma opinião pessoal, vejo e estou defendendo uma emenda não de minha autoria, vejo que há uma discriminação em não permitir que um policial que venha a se eleger para um mandato legislativo, tenha os direitos de promoção. Acho e repito que mesmo no exercício legislativo ele estará prestando relevantes serviços à causa pública e à própria instituição que ele representa.

Temos alguns exemplos, — que eu não me permitiria citar, mas temos exemplos de policiais que exercem mandatos eletivos e que, vez ou outra, defendem sua instituição. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Está em votação a Emenda n.º 21.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — (Para encaminhar) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Compreendo perfeitamente a posição do Deputado José Tavares que, como ex-policial, tem se preocupado profundamente em encaminhar todas as emendas. A primeira emenda, de minha autoria, o assunto era muito claro, os policiais civis conhecem o texto do Estatuto, acompanharam “pari passu” o trabalho da Comissão, o esforço do Governo do Estado em dar um Estatuto pelo menos mais perto possível daquilo que aspiravam. Mas vejo agora a discussão se encaminhar para outro ponto.

Queria, para efeito de refazer a justiça no Plenário, que o Deputado José Tavares, por favor, — é um apelo que eu faço, se prenda unicamente ao texto da matéria, que não extrapole politicamente, sob pena de sermos obrigados, perante a nobre classe dos policiais civis do Paraná, e eu posso afirmar isto, porque nunca fui à tribuna dizer que o policial do Paraná é corrupto, nunca fui à tribuna dizer que o policial do Paraná é sócio do jogo do bicho, nunca fui à tribuna dizer que o policial civil do Paraná é um homem que espanca os presos...

Portanto, faço um apelo, para que a classe do policial civil do Paraná saia daqui com seu Estatuto, com as emendas possíveis de serem inseridas no Estatuto para que ele melhore e dê mais condições para que esta classe exerça os piores papéis da sociedade; que é o papel mais difícil, o de proteger a sociedade e ter sobre si a mesma sociedade a lhe vigiar os passos, a lhe castigar pelos menores erros cometidos.

Portanto, a esta classe que realmente dá às nossas famílias toda a tranquilidade, não façamos politicagem em cima disto, Sr. Presidente. Por favor, para que possamos, nesta sessão, dar aos policiais civis do Paraná, um Estatuto que eles merecem. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. JOSÉ DOMINGOS — Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Domingos.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, me inscrevo para falar.

O SR. JOSÉ DOMINGOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Entendemos perfeitamente a emenda do Deputado Luiz Gabriel Sampaio. Já dissemos anteriormente, vamos votar favora-

velmente a todas as emendas. E esta emenda é altamente importante, porque o policial civil situa-se numa posição muito difícil perante a opinião pública. Porque ele tem que enfrentar tarefas árduas e às vezes tem que ser até mesmo grosseiro, para não se deixar levar pela ação do bandido e do marginal que está a enfrentar. E um policial que consegue ao longo de anos manter-se numa posição muito boa, perante o conceito popular, e que consegue chegar a uma posição política, é porque realmente ele tem méritos. Méritos reconhecidos por sua classe, e pela população. Então não entendemos porque ele venha a ser banido praticamente dos seus direitos, quando estiver fora da classe policial. Porque estando no exercício de qualquer função eletiva, está representando a comunidade, está representando a população e está em consequência, prestando serviços também à polícia, porque polícia é serviço público.

Por isso nós votamos favoravelmente à emenda e prestamos com isto homenagem a muitos homens da Polícia que hoje, estão a exercer com honradez, com altivez, funções políticas. Tanto elementos ligados à nossa facção partidária, como a tantas outras funções políticas. Acho que o policial vencer um pleito, chegar a uma posição eletiva é mérito e deve merecer respeito e consideração, tendo então as suas missões reconhecidas quando no exercício da função pública.

Obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, não era meu propósito fazer uma intervenção, mas diante dessa polêmica, eu me recorro que no Exército Brasileiro para citar apenas um caso, nós temos assistido com frequência, generais ou coronéis, sendo recrutados para o exercício de funções civis e lá, no exercício de funções civis, não perdem de forma nenhuma o direito às promoções. E, "mutatis mutandi", me parece que é indiscutível esta posição da emenda do eminente Deputado Gabriel Sampaio. Até porque mesmo o General Ludovico que se recorda estava num alto posto de Ministério e foi promovido. Por esta razão, mais ainda, deve ser aplicado este instituto que se legisla para o caso da Polícia.

Por esta razão, Sr. Presidente, queria só trazer isto à colocação dos argumentos.

Obrigado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Está em votação a Emenda n.º 21.

O SR. JOSÉ TAVARES — Pela ordem, Sr. Presidente. Apenas para dizer ao Deputado Gabriel Sampaio que realmente nós estamos aqui para discutir o Estatuto da Polícia Civil. Que é aquilo que interessa não só aos policiais aqui presentes, mas de modo geral, a toda a Polícia Civil do Paraná. Agora, este Deputado, tem sim, desde o tempo que era delegado, tem denunciado ...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem, Sr. Presidente, o nobre Deputado não diz nada com relação a votação da matéria e é anti-regimental.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, como não. Apenas para que a verdade seja restabelecida.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Tem procedência

a questão de ordem levantada pelo Deputado Erondy Silvério, e solicito de Vossa Excelência que se atenha ao assunto que está em discussão.

O SR. JOSÉ TAVARES — Vou procurar me ater, Sr. Presidente. Eu vou falar sobre a Polícia, que é o assunto que está em pauta.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem, Sr. Presidente. Não é.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Informo a Vossa Excelência que levantou uma questão de ordem e não é para falar; é para levantar a Questão de Ordem e apresente-a.

O SR. JOSÉ TAVARES — Vossa Excelência deixe-me apresentar e eu apresentarei.

Apenas, para dizer que este Deputado, quando policial, já denunciava corrupção dentro da instituição que se via. Depois que deixou a Polícia, continuou a denunciar, corrupção existente dentro da instituição policial como um todo. Diria mais especificamente, dentro da Secretaria da Segurança Pública como um todo.

Agora, o Deputado Gabriel Sampaio, disse que não denuncia corrupção; não denuncia arbitrariedades, se omite.

Logo, omissão para mim é conivência. E em Maringá nós temos um exemplo recente de conivência e de omissão não só do Deputado Gabriel Sampaio que representa aquela cidade, mas, como de outros políticos do Partido do Governo que lá militam, que é o escândalo em Maringá.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — A Mesa informa ao nobre Deputado que de acordo com o Artigo 98, não poderá recusar a questão de ordem, mas poderá cassá-la, desde que o orador não indique desde logo o artigo regimental que está sendo desobedecido na marcha dos trabalhos. Portanto, está em votação ...

O SR. JOSÉ TAVARES — Eu invoco o Artigo 97, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Todas as dúvidas da interpretação deste Regimento, na sua prática, constituirão questão de ordem.

Mas, a interpretação não condiz.

Está em votação a Emenda n.º 21.

O SR. NELTON FRIEDRICH (Para encaminhar) — Sr. Presidente, não sou especialista na matéria. Mas, é um assunto de extrema importância de que não há dúvida de que o cidadão que exercendo a importância de um cargo policial, bem obter pelo sufrágio popular, a sua consagração e elevação para um cargo eletivo, ao contrário, ele não só está obtendo um merecimento pessoal, como estará engrandecendo a instituição. Que na prática, no meio popular teve o aval da população que servia e, portanto, ele deveria é ser mais promovido.

Aliás, me parece que esta prática, não a conheço bem, porque, não sou dado a esse tipo de conhecimento, na hierarquia militar, eles têm esse tipo de tratamento.

Então me chama especialmente a atenção, porque acho muito contraditório a argumentação há pouco exposta pelo Deputado, que é o subscritor desta emenda, e as argumentações apostas pelo Líder da Bancada do PDS, de que estaria entravando outros elementos da incorporação. Ora, ao contrá-

rio, insisto nisso, o cidadão que obtiver a consagração popular deve ser engrandecido pelo Estado, pela Constituição e por todos os seus companheiros da incorporação.

Então porque esta discriminação E eu vejo isso até agora, apenas talvez, para memorizar um pouco a questão mais recente, que o pior problema do que o Delegado, por exemplo, eleito para prefeito e vereador, deputado estadual, federal, senador ou o que quer que seja muito pior do que esta situação, Sr. Presidente, é o comando político.

Este sim, é que é extremamente danoso, que coloca autoritariamente na mão de determinada pessoa, que tem este chamado comando político, a vida de uma família, a vida de um elemento de incorporação.

E é por esta razão, que vejo uma emenda extremamente meritória, que, acima de tudo, estará valorizando quem obtive a valorização no meio da sociedade. Parece-me que o subscritor, eu até abro aqui um parênteses, estranhei a argumentação do Deputado de Maringá e o próprio Deputado José Tavares traz agora um problema gravíssimo que está acontecendo com a CETRAN. Um dos maiores problemas dos homens públicos do País é a omissão. E ao longo destes 18 anos ela tem sido terrível para todo o povo brasileiro. E eu sei que José Tavares ou qualquer Deputado da Oposição, quando levantou a questão de problemas de corrupção, de desvio de condutas, deste ou daquele.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Questão de ordem, Sr. Presidente, vou fazer uma questão de ordem para beneficiar os trabalhos da Casa.

Que toda a discussão fora do Estatuto propriamente dito, nós temos no Regimento Interno, o que se chama de Explicações Pessoais, eu pediria a todos os Deputados que têm assunto para discutir fora do Estatuto do Magistério, questão de Maringá, de Londrina, de Curitiba, que se inscrevam em Explicações Pessoais para, após a votação da matéria da Ordem do Dia, possamos discutir amplamente isto aqui em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Continua com a palavra o Deputado Nelson Friedrich, solicitando que se atenha ao assunto.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Vou concluir, mas não permito que ninguém, nem na época do AI-5, permitia, censurar os meus argumentos.

Não admito e aqui numa casa democrática não é lugar de censura. Estou argumentando, e, por esta razão...

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência argumenta com assuntos completamente fora da matéria.

O SR. PRESIDENTE — Está com a palavra o Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Quero concluir, Sr. Presidente.

Veja o que acontece com a promoção, às vezes, de um policial em função do comando político. Nós queremos, também, acabar com o comando político, e haveremos de acabar a partir de 83. Porque, quem tem de decidir se um delegado é bom ou não, é a comunidade. Não é o interesse imediato do prefeito, do deputado, do governador, seja quem for. Nós haveremos de, primeiro, ouvir a comunidade. E mais, portanto, ainda, neste aspecto da emenda, se esta comunidade vier a eleger um cidadão que está exercendo profissionalmente, é a

consagração que este cidadão está obtendo para toda a corporação a que ele pertence. E, portanto, seria, na verdade, premiar o valor daquele que teve o voto popular, e aí sim, na sequência desse mandato, até ele obter, por merecimento, uma vantagem a mais. Seria o mínimo de bom senso, e por isso, acho que esta Casa tem a obrigação até por respeitar delegados que já passaram por esta Assembléia por cargos eletivos, e por futuros delegados que poderão por aqui passar, ter esta oportunidade, por merecimento, também subir na sua carreira.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Em votação a Emenda n.º 21. Os Srs. Deputados que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Rejeitado.

O SR. JOSÉ TAVARES — Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere. Os Srs. Deputados que aprovam a emenda, queiram levantar-se.

O SR. PRESIDENTE — Os Srs. Deputados que rejeitam a Emenda n.º 21, queiram levantar-se.

15 Srs. Deputados a aprovam; 23 Srs. Deputados a rejeitam. — Rejeitado.

Em votação a Emenda n.º 22. (Lê):

"EMENDA N.º 22

ao Projeto de Lei Complementar n.º 37/81

O item III, do Parágrafo Único do Art. 61, do Projeto de Lei Complementar n.º 37/81, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 61

Parágrafo Único

I —

II —

III — Conte menos de dez anos de serviço público anteriormente prestado".

Sala das Comissões, em de agosto de 1981.

(a) LUIZ GABRIEL SAMPAIO."

O SR. JOSÉ TAVARES — Para encaminhar. Peço a Vossa Excelência o projeto para que possa argumentar melhor. (O projeto é encaminhado ao Sr. Deputado).

Sr. Presidente, o que pretende a Emenda 22, de autoria do Deputado Gabriel Sampaio, é alterar a redação do Artigo 61 do projeto em discussão, que diz o seguinte no texto original: "Readmissão é reingresso no serviço público estadual, sem ressarcimento de vencimentos e vantagens do servidor policial civil, exonerado a pedido". O item terceiro diz: "a aquele que conte menos de 15 anos de serviços, - a emenda diminui este tempo para 10 anos". E nós entendemos que a emenda é justa, na medida em que o policial muitas vezes se vê obrigado, contrangido, coagido a pedir exoneração de seu cargo. Este Deputado é um exemplo disto, mas não estou advogando em causa própria porque não estou incluído no texto do artigo que se discute agora.

Apenas um exemplo: o policial poderá retornar à Polícia depois de provar que a sua exoneração - em que pese ser a pedido, fôra contra sua vontade. O policial é removido, muitas vezes, para Santo Antônio do Sudoeste, que fica na divisa com a Argentina e Santa Catarina, quando ele está trabalhando em Jacarezinho. E ele não tem outra alternativa, porque nega o direito de férias, que é direito sagrado; de licença prêmio, que também é direito sagrado; de licença sem vencimentos para tra-

tar de assuntos particulares, que é outro direito sagrado, e só lhe resta cumprir a designação, contra sua vontade, numa cidade na fronteira do País.

Isso eu acho injusto, quando ele é um bom policial. É o policial que está submetido aos caprichos desse nefasto e famigerado comando político. E o policial tem que se submeter, muitas vezes, aos caprichos dos detentores do comando político.

Por isso, Sr. Presidente, é que entendo que o prazo, o tempo de 15 anos, como consta no texto original, é muito elástico, é muito tempo. Deve-se realmente diminuir esse tempo, para que se possa atender aos interesses daqueles policiais que, contra a sua vontade, foram injustiçados pela administração.

Por esta razão é que votamos favoravelmente à Emenda n.º 22.

Antes porém, só para que a verdade seja restabelecida, queria dizer o seguinte: este Deputado, realmente, fez muitas vezes, críticas a determinados maus policiais - farei sempre que fôr necessário. Agora, não me omito, nem me omitirei, toda vez que tomar conhecimento de atos praticados por "maus" policiais e não policiais, dentro da administração pública, porque é para isto que o povo me elegeu.

Jamais me omitirei. Posso pecar por excesso mas nunca por omissão.

Obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Em votação a Emenda n.º 22.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Para encaminhar a votação. Sr. Presidente, serei rápido para não atrasar os trabalhos desta sessão e da aprovação do Estatuto.

O Deputado José Tavares insiste em fazer comício público, quando o assunto se refere ao Estatuto da Polícia Civil.

Gostaria, Sr. Presidente, de fazer, mais uma vez, um apelo ao meu nobre Companheiro que trabalhou conosco, por mais de 3 meses, neste Estatuto. O comício vamos fazer, durante a campanha eleitoral, em praça pública. Não será a presença de inúmeros companheiros, funcionários públicos, da Polícia Civil, é que iremos, em cada artigo, fazer um comício político.

Acho que o policial militar ...

O SR. JOSÉ TAVARES (Pela ordem) — Sr. Presidente, invocando o Artigo 97 do Regimento Interno - se é que ele vai ser cumprido - tenho o direito de encaminhar emenda por emenda.

E vou falar, aqui, o que disse o Deputado Nelson Friedrich; não vou admitir censuras em minhas palavras ...

O SR. GABRIEL SAMPAIO — ... nem eu nas minhas.

O SR. JOSÉ TAVARES — O Deputado Gabriel Sampaio que encaminhe, se quiser, as emendas. Mas, não venha aqui fazer cascata na cabeça da gente.

Sempre defenderei os bons policiais.

(TUMULTO).

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, entendo ...

(SOAM OS TÍMPANOS)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) A Mesa faz um apelo aos Srs. Deputados, com base no Artigo 25, inciso sétimo; interromper o orador que se desviar da questão; falar contra...

(TUMULTO)

...Farei um apelo, para o bom andamento dos trabalhos que se

cumpra o Regimento.

Está com a palavra o Sr. Deputado Gabriel Sampaio.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, compreendo perfeitamente. O Deputado Tavares pretendia fazer um substitutivo sozinho, sem ninguém atrapalhar. E nós estamos impedindo.

Porque, o que queremos é fazer o que o Governador Ney Braga está fazendo: enviar a esta Casa o Estatuto da Polícia Civil, que vai trazer inúmeras vantagens. Não é perfeito, o ideal. Mas, a classe sabe disso. O Estatuto vai trazer inúmeros benefícios à laboriosa classe da Polícia Civil do Paraná.

Portanto, Sr. Presidente, não admito censor, também, eu falo aqui o que eu tiver a falar, e o que eu quiser, por direitos, portanto, Sr. Presidente, as aspirações de Sua Excelência o Sr. Deputado José Tavares, são compreensíveis, eis que ele está querendo adiantar o processo político já fazendo aqui, o seu comício!

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Está em votação a Emenda n.º 22 (Aprovada).

Está em votação a Emenda n.º 23. (Lê):

EMENDA SUPRESSIVA N.º 23
ao Projeto de Lei Complementar n.º 37/81
SUPRIMA-SE do Art. 211, o item I, do Projeto de Lei Complementar n.º 37/81.

Sala das Comissões, em de agosto de 1981.

(a) LUIZ GABRIEL SAMPAIO.

Apoio: Lineu Turra."

O SR. JOSÉ TAVARES — Para encaminhar a votação. Peço a Vossa Excelência, o projeto.

Sr. Presidente, veja Vossa Excelência, vejam os nobres Srs. Deputados e demais pessoas aqui presentes, a importância de se encaminhar emenda por emenda - se é que nós estamos aqui para fazer as coisas com seriedade e sem pressa de ir para casa.

Esta emenda, também de autoria do nobre Deputado Gabriel Sampaio, que sei haver sugerida a ele pela própria Polícia Civil, é justa, diz o seguinte:

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Represento o povo nesta Casa, Sr. Presidente!

O SR. JOSÉ TAVARES — Eu sei disto, só que, na CIRETRAN de Maringá, Vossa Excelência não mexe!

Ele pede que suprima do Artigo 211, o item 1.º.

Vamos ver o que diz aqui o Artigo 211:

"item 1.º — É vedado, (este é o "captu" do Artigo 211) ao Policial Civil: item 1.º — participar de atividades político-partidárias, salvo se licenciado para tratar de interesses particulares.

O Estatuto original, vindo da Secretaria da Segurança Pública, no seu Artigo 211, item 1.º, diz o seguinte:

"É vedado ao Policial Civil, participar de atividades político-partidárias, salvo se licenciado para tratar de interesses particulares".

A emenda do nobre Deputado Gabriel Sampaio - justíssima - suprime este item que proíbe que o policial civil participe de atividades político-partidárias; agora, eu sei onde que o texto quer chegar! Não é permitido ao policial, e eu digo isto

porque fui policial, participar de atividades político-partidárias, no Partido da Oposição, mas, no da Situação, pode! Por isto que consta aqui, expressamente, a proibição. Eu já fui funcionário público, durante 14 anos, sei, aliás, a minha esposa, que é professora, certa feita teve descontadas do seu pagamento, mensalidades para a ARENA, sem que ela houvesse autorizado! Por isto que eu considero justíssima a emenda do nobre Deputado, eis que permite, ao policial civil, porque, por que é que um desses policiais civis que aqui estão ou muitos dos que aqui estão, não podem participar livremente, de atividades político-partidárias? Só porque o Secretário da Segurança Pública não quer?

É esta a nossa posição favorável à emenda.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Está em votação a Emenda n.º 23.— **Aprovada.**

Está em votação a Emenda n.º 25 (Lê):

"EMENDA N.º 25

ao Projeto de Lei Complementar n.º 37/81

O § 1.º do Art. 215 do Projeto de Lei Complementar n.º 37/81, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 215.

§ 1.º — A indenização de prejuízos causados à Fazenda Pública será liquidada mediante descontos em prestações mensais não excedentes a dez por cento do vencimento, à míngua de outros bens que por ela respondam, a ser cobrada após término do procedimento disciplinar, independente de qualquer pronunciamento judicial."

Sala das Comissões, em de agosto de 1981.

(a) LUIZ GABRIEL SAMPAIO.

Apoio: Lineu Turra".

O SR. JOSÉ TAVARES — Para encaminhar a votação. Peço o projeto novamente, Sr. Presidente.

Também, Sr. Presidente, a exemplo de todas, justifico a nossa posição. É oportuno o encaminhamento, também, desta, porque a exemplo do que houve no fim do ano passado quando o projeto aqui estava no período extraordinário, esta emenda, naquela época, hoje, não sei, seria rejeitada; por isto que nós pedimos, eu e o Deputado José Domingos, a retirada de Pauta, por 4 Sessões, deste projeto, porque, se naquela época nós não houvésemos obtido essa retirada, muitas das emendas que hoje estão sendo aprovadas, teriam sido rejeitadas. Veja Vossa Excelência e os Srs. Deputados aqui presentes, o quanto é bom e salutar resistir, lutar, brigar, não se omitir, porque nós não omitimos naquela época, e hoje estamos vendo muitas daquelas emendas de dezembro de 81, que seriam rejeitadas, aprovadas, e esta, n.º 25, estaria incluída no rol das emendas rejeitadas, escrito à mão pelo Coronel Haroldo ou por um assessor, com o termo - negativo - e vejam o que diz essa emenda. O § 1.º do Artigo 215, do Projeto de Lei Complementar 37/81, passa a vigorar com a seguinte redação:

"A indenização de prejuízos causados à Fazenda Pública - e veja o que se defende aqui, Sr. Presidente, é a Fazenda Pública, o dinheiro do povo - será liquidada mediante descontos em prestações mensais não excedentes a dez por cento do vencimento, à míngua de outros bens que por ela respondam, a ser cobrada após término e procedimento disciplinar, independentemente de qualquer pronunciamento judicial".

Vamos ver o que diz o original.

Diz o seguinte: "A indenização de prejuízos causados à

Fazenda Pública será liquidada mediante desconto em prestações mensais não excedentes a vinte por cento do vencimento, à míngua de outros bens que por ela respondam a ser cobrada após o término do procedimento disciplinar, independentemente de qualquer pronunciamento judicial".

O que visa a emenda, também de autoria do Deputado Gabriel Sampaio, é não sobrecarregar demais o já sobrecarregado, defasado e injustiçado policial civil do Paraná em termos de salários. Diminuir a sua prestação, à sua responsabilidade diante de um dano que ele venha a causar à Fazenda Pública, de vinte por cento, que diz o texto original, a dez por cento, também uma emenda justa e em dezembro esta emenda seria rejeitada.

Vamos ver hoje se ela será aprovada ou não. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Em votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Para encaminhar) — Sr. Presidente, apenas para estabelecer a verdade. O nobre Deputado José Tavares ao encaminhar a votação de emenda por emenda, está evidentemente usando um recurso regimental e um direito que lhe assegura a própria Constituição.

Mas acontece que ele, perante os funcionários da Polícia Civil que hoje estão lotando este plenário, está vestindo a roupa de El Cid, como se ele fosse o grande batalhador que conduz todas as pelejas da vitória. Veja Vossa Excelência ...

O SR. JOSÉ TAVARES — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, eu estou me atendo à discussão da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — A Mesa invoca ao nobre Deputado que invoque o artigo que está sendo ferido.

O SR. JOSÉ TAVARES — Requeiro a Vossa Excelência, questão de ordem com base no Artigo 97 deste livreto verde aqui, se é que é para ser cumprido.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Pela ordem, o Deputado Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Para dizer a Vossa Excelência, usando as mesmas palavras do Deputado Gabriel Sampaio, que se é para este Deputado se ater à matéria, que atenham também os Deputados do lado de lá, e o Deputado Erondy Silvério "está na dele", está certo, está no jus esperneandi. Ele não quer ouvir. O Deputado Erondy Silvério tem muita paciência para falar, mas ouvir ele não gosta. Então eu pediria a Vossa Excelência que, na qualidade de Magistrado deste Poder que espero o seja, exija o cumprimento deste Regimento, tantas vezes descumprido nesta Casa.

Se não, nós não vamos chegar ao fim do nosso objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — O Regimento está sendo cumprido. Continua com a palavra, o Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Artigo 98. O nobre Deputado falou, falou e não disse nada. Não enumerou o artigo regimental que eu estaria transgredindo. Então Vossa Excelência deveria cassar imediatamente a palavra, se é que Vossa Excelência quer levar a bom termo a sessão de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Está com a palavra o Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Como eu estava me referindo ao Deputado José Tavares, dizendo que ele, quando usa da palavra no encaminhamento de votação dessas emendas, o faz como se ele fosse o homem que está distribuindo benesses à Polícia Civil. Que essas emendas

estão sendo aprovadas pela vontade da Maioria desta Casa, as emendas justas, as emendas que dizem respeito ao interesse geral da classe do policial civil.

Mas esquece o nobre Deputado José Tavares. Ele deveria com o mesmo zelo que está analisando emenda por emenda, analisar artigo por artigo do Estatuto, enumerar as vantagens que o Governo do Estado está proporcionando à Polícia Civil do Estado do Paraná. Porque este Estatuto é uma conquista da classe e muitas emendas atendem interesses de grupos individuais dentro da Polícia Civil.

As emendas justas, a bancada da Maioria nesta Casa está apreciando e aprovando uma a uma, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados. Agora as emendas são setoriais que podem efetivamente prejudicar o conjunto do Estatuto da Polícia Civil. Estas sofreram um exame meticuloso por parte de nossa bancada. E não venha o Deputado José Tavares insinuar, como insinuou mais de uma vez, que nós estamos aqui obedecendo instruções do Sr. Secretário da Segurança.

Está aqui é uma Casa política; este é um Poder independente que não se curva, que não se dobra nem à vontade do ex-Delegado.

O SR. JOSÉ TAVARES — Com muita honra!

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Muita honra, mas Vossa Excelência poderia repetir o que tem dito da Polícia Civil do Paraná.

O SR. JOSÉ TAVARES — Repito. Sempre repeti. Aos maus policiais eu os denunciei e os denunciarei sempre.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Ladrões, corruptos. Vossa Excelência guarda uma mágoa muito profunda de ter deixado a Polícia Civil. E hoje o nobre Deputado José Tavares anda de braços dado ...

(ININTELIGÍVEL — DISCUSSÕES PARALELAS)

(Tímpanos)

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) A Mesa faz um apelo ao nobre Deputado, aos Srs. Deputados, ao Deputado José Tavares, que não interrompa o orador.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Peço a Vossa Excelência que aplique aqui realmente o Regimento Interno da Casa.

O SR. PRESIDENTE — Está em votação a Emenda no. 25. — APROVADA.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam a emenda, queiram levantar-se. Os Srs. Deputados que rejeitam a emenda, queiram levantar-se.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, pela ordem. Antes de Vossa Excelência proclamar o resultado, eu requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere.

Solicito do Sr. 1o. Secretário que proceda a chamada nominal.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados) :

42 Srs. Deputados responderam à chamada. Há "quorum" para deliberação e a Mesa procederá novamente a verificação da Emenda no. 25. 15 Srs. Deputados aprovam, 23 Srs. Deputados rejeitam. — Rejeitada.

Está em votação a Emenda no. 26. (Lê):

EMENDA Nº 26

Ao Projeto de Lei Complementar nº 37/81

O art. 229, do Projeto de Lei Complementar 37/81, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 229 — A destituição de função ou a remoção compulsória, terão por fundamento a falta de exação no cumprimento do dever".

Sala das Comissões, em de agosto de 1981.

(a) GABRIEL SAMPAIO

Apoioamento — LINEU TURRA"

O SR. JOSÉ TAVARES — Para encaminhar, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Antes de conceder a palavra ao Deputado José Tavares para encaminhar a votação da Emenda número 26, a Mesa faz mais um apelo, pretendendo cumprir o Regimento Interno, e facilitar os trabalhos da Casa.

Faz um apelo aos Srs. Deputados que, ao encaminhar a votação, se atenham à matéria e evitem os discursos paralelos que, praticamente, é impossível à Mesa se conter quando isto acontece; a não ser medidas desagradáveis de cortar o som.

Está com a palavra o Sr. Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, a Emenda 26, a exemplo das demais aqui votadas, algumas aprovadas, outras rejeitadas, as que foram rejeitadas não pela nossa bancada, ressaltando os votos dos Deputados Gabriel Sampaio e José Domingos, também segundo as informações que temos, teria o destino de muitas outras: o arquivo.

O Deputado Erondy Silvério — não estou fugindo do assunto — disse que sua bancada não segue orientação da Secretaria de Segurança Pública, mas esta emenda que está em meu poder, como muitas outras, tem inclusive aqui uma escrita que diz o seguinte: negativo, interesse do serviço policial, princípio hierárquico. Não interessa ao serviço policial. Este negativo veio da Secretaria de Segurança Pública em dezembro, já para rejeitar.

Pode ser que esta emenda seja efetivamente rejeitada, e se o for, valho-me do direito de encaminhar para defendê-la.

O artigo 229 do texto original, diz o seguinte: a destituição de função ou a remoção compulsória, terão por fundamento a falta de exação no cumprimento do dever. Ou a inconveniência de permanecer, o servidor policial civil, no exercício de suas atividades em determinada unidade ou localidade.

O Deputado Gabriel Sampaio, evidentemente, seguindo a orientação das mais diferentes entidades da Polícia Civil, aqui representada, apresentou a emenda que diz o seguinte:

"A destituição de função ou a remoção, devido à falta de isenção no cumprimento do dever".

Creio que é por isso que haveremos de votar favoravelmente, que esta emenda também é justa. É justa na medida em que não dá ao poder o direito, o poder, ao Secretário de Segurança Pública, aplicar punição indiscriminadamente a policiais muitas vezes no cumprimento do seu dever.

Vou citar um exemplo: a permanecer o texto original, o Sr. Secretário de Segurança Pública terá poderes discricionários para destituir ou remoner compulsoriamente mediante força, qualquer servidor policial desde que nos termos do artigo, este servidor policial lhe desagrade. E é muito comum e o exemplo que vou citar, em exemplo a este exemplo que

citei, é o seguinte.

É vedado ao policial civil dar entrevistas à imprensa, sobre assuntos relacionados à sua repartição. Só que é um fato que ocorre diariamente e muito raramente a gente tem conhecimento ou assistido, que um policial civil é destituído ou removido porque infringiu este dispositivo do Estatuto.

Mas, às vezes, quando o policial não lê a cartilha do Secretário — que muitas vezes não é a da lei, este policial sofre a destituição de função.

Destituição de função é pena. Destituição de função é punição.

E, por consequência, entendemos que esta emenda é justa, na medida em que ela não é tão dramática, tão drástica, quando preconiza o artigo do projeto original.

A nossa posição é favorável. — (Sem revisão do orador) :

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Está em votação a Emenda número 26.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Para encaminhar) Sr. Presidente, para encaminhar e apenas desfazer um novo equívoco do Deputado José Tavares.

Ele continua insistindo que nós estamos aqui recebendo orientação da Secretaria de Segurança Pública, na apreciação e votação dessas emendas.

Para isso, ele se vale de uma anotação que existe em todas as emendas e que ele atribui ao Presidente da Associação dos Delegados, mas isso aqui é uma Casa democrática, naturalmente esse cidadão, esse policial passou ao Sr. José Tavares as emendas, e aqui nestas anotações, Vossa Excelência vê que não está escrito Secretaria de Segurança Pública.

São anotações da nossa assessoria. Da assessoria que orienta não só os Deputados do Governo, mas também os Deputados da Oposição.

Para isso existe assessoria técnica da Casa. É exatamente para orientar o Deputado nas matérias que divergem da constituição, que divergem de outras leis, que colidem com leis já em vigor. Exatamente para isso existe aqui assessoria.

Temos aqui anotações, não é segredo, distribui ao Presidente da Associação dos Delegados, distribui. Então, mais uma vez, está equivocado o nobre Deputado José Tavares.

O SR. PRESIDENTE - Está em votação a Emenda número 26.

Os Srs. Deputados que aprovam, queiram permanecer como estão. Rejeitada.

O SR. JOSÉ TAVARES — (Pela Ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Vai se proceder a verificação de votação.

Os Deputados que aprovam a Emenda 26, queiram levantar-se; os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

14 Deputados aprovam; 23 Srs. Deputados rejeitam. — Rejeitada.

Está em votação a Emenda número 27. (Lê):

EMENDA Nº 27

Ao Projeto de Lei Complementar nº 37/81

O Art. 274, do Projeto de Lei Complementar 37/81, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 274 — Os integrantes das carreiras policiais civis terão regime especial de trabalho, em bases de vencimentos fixados por lei, levando-se em conta a natureza específica das funções e condições para seu exercício, os riscos a ela inerentes, a irregularidade dos horários de trabalho, sujeitos a plan-

tões noturnos e chamados a qualquer hora, bem como a proibição legal do exercício de outras atividades remuneradas, ressalvado o magistério”.

Sala das Comissões, em agosto de 1981.

(a) GABRIEL SAMPAIO

Apoio: LINEU TURRA

O SR. JOSÉ TAVARES — (Para encaminhar) Apenas para deixar registrado o posicionamento da nossa bancada, favoravelmente à emenda, porque como a exemplo das demais, trata-se de uma emenda aprimorada, que exterioriza os anseios também da classe policial civil e por conseguinte nós não poderíamos deixar de aqui externar o nosso apoio, já que é uma emenda, como disse, que vem de encontro às aspirações da Polícia Civil do Paraná.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Está em votação a Emenda número 27. Os Srs. Deputados que aprovam, queiram permanecer como estão. — Aprovada :
Em votação a Emenda número 28. (Lê):

“EMENDA Nº 28 — SUPRESSIVA
Ao Projeto de Lei Complementar nº 37/81
SUPRIMA-SE do Art. 275, do Projeto de Lei Complementar nº 37/81, o seu § 1º.

Sala das Comissões, em de agosto de 1981.

(a) GABRIEL SAMPAIO

Apoio: LINEU TURRA”

O SR. JOSÉ TAVARES — (Para encaminhar) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Esta emenda, também de autoria do nobre Deputado Gabriel Sampaio, visa suprimir o Art. 275, do seu parágrafo primeiro que diz: As Delegacias instaladas nas sedes de comarca, serão obrigatoriamente chefiadas por delegado de polícia de carreira.

No seu parágrafo primeiro diz o seguinte: Servidor policial civil deverá ser designado para qualquer município observados sempre que possível, a correspondência da classe funcional com a classificação da unidade policial.

O que esta emenda visa, Sr. Presidente, é simplesmente suprir o seu parágrafo primeiro, por entender ser uma emenda justa que vem de encontro aos anseios da Polícia Civil do Paraná, e o nosso posicionamento é favorável.

O SR. PRESIDENTE - Está em votação a Emenda número 28. Rejeitada.

O SR. JOSÉ TAVARES — (Pela Ordem) Requeiro a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

O SR. JOSÉ TAVARES — (Pela Ordem) Sr. Presidente, pergunto a Vossa Excelência que verifique como o Deputado Wilson Fortes vota. Se ele vota a favor ou contra, porque está sentado e ao mesmo tempo está em pé, e ao mesmo tempo não se pronuncia.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa ainda não conferiu o voto do Deputado Wilson Fortes, e está no processo de votação. 13 Srs. Deputados aprovam e 19 rejeitam. — Rejeitado. Está em votação a Emenda número 29. (Lê).

EMENDA ADITIVA Nº 29

Ao Projeto de Lei Complementar nº 37/81
Propomos a presente emenda ao Parágrafo único do

art. 17 do referido anteprojeto de lei, como segue:

Parágrafo único — Os funcionários públicos ficarão sujeitos aos limites de idade previstos no inciso II deste artigo, excetuados os ocupantes de cargos de carreiras policiais civis ou policiais militares.

Sala das Sessões, em 19 de agosto de 1981.

(a) NELSON BUFFARA

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda aditiva justifica-se quanto à necessidade de se dar um tratamento uniforme entre ocupantes de carreira de policiais civis e militares que pretendam ingressar em outra carreira pertencente aos órgãos policiais civis, objeto deste Estatuto.

A Constituição do Estado do Paraná, em seu Capítulo IV. Do Poder Executivo. Seção V — Da Segurança Pública. Dispõe em seu artigo 54 que "a manutenção da ordem pública e a segurança interna do Estado, assim como a prevenção, repressão e apuração das infrações penais, não compreendidas na competência da Polícia Federal, serão garantidas através dos órgãos policiais civis e militares"

Desta forma, o dispositivo constitucional engloba no âmbito da segurança pública os dois órgãos, como necessários para, integrados, manterem a ordem pública e a segurança interna do Estado.

O aditamento proposto através desta emenda trará a oportunidade de se aproveitar policiais militares, que pela sua experiência conseguida durante algum tempo na corporação possam levar aos órgãos de segurança civil do Estado um equilíbrio necessário para bem servir à coletividade, que somados aos demais, engrandecerão ainda mais a Polícia Civil de nosso Estado.

O tratamento dispensado pela Constituição do Estado, quanto a ambos os órgãos policiais sem diferenciação, será assim, com a presente emenda, atendida em toda sua plenitude em prol do desejado, que é um corpo de policiais experientes e voltados ao atendimento da comunidade paranaense.

A interpretação e integração do pessoal pertencente aos dois órgãos policiais, torna-se cada vez mais necessário, principalmente quando se concede a oportunidade de levar de um órgão para outro a experiência adquirida na corporação".

Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, essa emenda é de nossa autoria ao Projeto de Lei Complementar 37/81, que visa apenas justificar a Polícia Militar, eis que no texto original do parágrafo único, os funcionários públicos ficarão sujeitos aos limites de idade prevista do inciso II deste artigo, excetuados os ocupantes de cargos de carreira policiais civis, nossa emenda, ou policiais militares.

Então, visa dar uma igualdade à Polícia Civil e Militar. Justificamos plenamente a nossa emenda, e entendemos que além da Comissão ter se manifestado favoravelmente, julgamos de vital importância esse adendo, para que a Polícia Civil, beneficiada em função do parágrafo único, tivesse também os benefícios extensivos à Polícia Militar.

Obrigado.

O SR. JOSÉ TAVARES — (Para encaminhar) Apenas para registrar a nossa posição favorável à emenda de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, assim como, se Vossa Excelência permite, para também manifestar posição favorável à Emenda número 30, seguinte, também de autoria do eminente Deputado Nelson Buffara.

O SR. PRESIDENTE — Em votação a emenda número 29. Os

Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão —

Aprovada

Em votação a Emenda número 30. (Lê):

"EMENDA Nº 30

Ao Projeto de Lei Complementar nº 37/81

Inclua-se no artigo 292, após as expressões:

"CENTRAL DE APOIO"

o seguinte:

"ou em outras Unidades Policiais Civis."

Sala das Comissões, em

Apoioamento: LINEU TURRA

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda visa ampliar as possibilidades de aproveitamento de funcionários não pertencentes aos Quadros da Polícia Civil, mas que lá estão exercendo funções de relevância há muitos anos.

São, portanto, recursos humanos experimentados nos mistérios da árdua missão policial e que devem ser utilizados em situações juridicamente definidas e definitivas.

Observe-se que os requisitos exigidos para tal aproveitamento permanecem inalterados, de sorte que o espírito da norma foi absolutamente respeitado, como convém à sistemática estatutária.

O SR. NELSON BUFFARA — (Para encaminhar) A exemplo também da anterior, esta emenda é de nossa autoria, e o artigo 292, após as expressões "Central de apoio", diz o seguinte: "ou em outras unidades policiais civis". Nossa intenção não seria outra, a não ser ampliar as possibilidades de aproveitamento de funcionários não pertencentes aos quadros da Polícia Civil, mas que lá estão exercendo funções de relevância há muitos anos. Nossa preocupação não tem sido outra, a não ser criar um ambiente equânime e justo, para que se expresse aqui nossa vontade, do que não fugimos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Em votação a Emenda número 30. —

Aprovada.

Em votação a Emenda número 31. — (Lê).

"EMENDA Nº 31

ao Projeto de Lei Complementar nº 37/81

No Anexo II (Tabela de escalonamento vertical, do Pessoal da Polícia Civil a que se refere o art. 290), substitua-se os algarismos dos índices constantes das carreiras de Escrivão de Polícia e de Agentes de Segurança, pelos algarismos seguintes:

Escrivão de Polícia	1ª Classe	53
Escrivão de Polícia	2ª Classe	50
Escrivão de Polícia	3ª Classe	47
Escrivão de Polícia	4ª Classe	44

Agente de Segurança	1ª Classe	34
Agente de Segurança	2ª Classe	31
Agente de Segurança	3ª Classe	29
Agente de Segurança	4ª Classe	27

Sala das Comissões em

(a) JOSÉ TAVARES

Apoioamento: LINEU TURRA e

ANTÔNIO COTRIM

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, faço um apelo ao nobre Deputado José Tavares, no sentido da retirada dessa emenda, que aprovaríamos de bom grado porque essa realmente visa atender à coletividade da Polícia Civil. Mas ela já foi objeto do aditivo votado e aprovado por

unanimidade, hoje, nesta Casa.

O SR. JOSÉ TAVARES (Pela ordem) — Apenas, para, ao concordar com o Deputado Erondy Silvério, até por questão de prática processual legislativa, nós haveremos de retirar esta Emenda de n.º 31, que é a seguinte — Vossa Excelência não sei se já a colocou em votação ou não...

O SR. PRESIDENTE — Ainda não.

O SR. JOSÉ TAVARES — Mas, estou em questão de ordem, e à hora em que o fizer, estaremos encaminhando-a, porque realmente o aditivo vem alterar os termos da mesma. Mas, nós queremos registrar aqui, que fora exatamente este aditivo que gerara um apelo nosso, formal, regimental, à Mesa, no sentido de que o projeto, as emendas, e a Mensagem Aditiva, voltassem à Comissão, para que a Comissão os analisasse, já que a mesma conflita, a Mensagem Aditiva, com esta Emenda de n.º 31.

Então, nós não sabíamos com qual ficaríamos: se com a Emenda de n.º 31, aprovada pela Comissão Especial, por unanimidade, que diz respeito ao anexo II, da Tabela de Vencimentos, ou com a Mensagem Aditiva que alterava outras categorias funcionais, não todas, da Polícia Civil. Por conseguinte, quero, nesta questão de ordem, dizer que concordo com a retirada, e tenho a impressão que, em concordando, a mesma nem será submetida à votação. Por esta razão, eu queria apenas dizer o seguinte: que esta Emenda n.º 31, que nesta hora estamos de acordo que seja retirada, porque a Mensagem Aditiva é conflitante com ela, fora produto de um contato que mantivemos — nós, a Comissão Especial, com o Secretário de Finanças do Paraná —. Tenho, inclusive, em meu poder, um documento com o timbre da Secretaria de Finanças, porque o mesmo fora elaborado pela mesma, onde estabelece ou seja, a posição do Governo, de acordo com os termos da Emenda n.º 31.

Por esta razão, Sr. Presidente, haveremos de concordar sim, em que pese o nosso "de acordo" não seja a total satisfação com os termos constantes da Mensagem Aditiva, porque ela também não veio resolver, atender, aos clamores e aos apelos da Polícia Civil, como um todo. Mas, de qualquer forma, veio trazer um benefício a mais, benefício pequeno, porque, se formos analisá-la — e é por isso que pedimos que voltasse à Comissão. E não obtivemos esse atendimento, em que pese o Plenário ter sido favorável. Pedimos, para que pudéssemos analisá-la com mais tempo e com mais justiça.

Mas, a Mensagem Aditiva vem beneficiar não só a categoria dos escrivães e agentes, mas outras cinco categorias, não atinge a todas. Esse benefício não é aquele que a classe desejava, que a classe esperava, não é aquilo que a Polícia merece. Porque, se fizermos uma análise da Mensagem Aditiva vamos encontrar que para determinados policiais de primeira classe, a Mensagem dá, no máximo, oito por cento. E para determinados policiais de quarta classe, como exemplo, os Agentes de Segurança, dá apenas um por cento.

Portanto, não é uma Mensagem justa, não é aquilo que a Polícia reclama, aquilo que a Polícia Civil esperava, não é aquilo que a Polícia Civil esperava. Mas, de qualquer forma, já que não somos poder, não temos condições de dar o que a Polícia espera, temos que concordar com o que vem.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — A Mesa defere e fica retirada a Emenda n.º 31.

Em votação a Emenda n.º 32. (Lê):

"EMENDA N.º 32

Ao Projeto de Lei Complementar n.º 37/81

Acrescente-se onde couber, no Capítulo XIII, Título VIII, DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

"Art. — O Poder Executivo, através Lei Ordinária, po-

derá extinguir a carreira de Perito Policial, enquadrando os atuais ocupantes, obedecidos os requisitos legais na quarta classe da Carreira de Perito Criminal."

Sala das Comissões, em

(a) JOSÉ TAVARES

Apoio: LINEU TURRA e ANTÔNIO COTRIM".

O SR. JOSÉ TAVARES — (Para encaminhar a votação) Sr.

Presidente, essa emenda é de nossa autoria e vem de encontro aos anseios de um órgão dentro da Polícia Civil, que é a Polícia Científica.

Então, estamos, através desta emenda, procurando dar condições ao Poder Executivo, através de uma lei ordinária, portanto, muito mais fácil de tramitar nesta Casa, visando corrigir uma anomalia que, no nosso entendimento, e no entendimento de todo o Departamento de Polícia Científica existe.

A anomalia é a seguinte: existe, entre os vários cargos da Polícia Civil dois a saber: Perito Criminal e Perito Policial. Um é diferente do outro. Para se preencher um cargo, exige-se alguns requisitos, para se preencher o outro, exige-se outros requisitos.

Para o Perito Criminal, que é mais elevado que o policial, paga-se um salário maior, que não é o justo. Para o Perito Policial, paga-se um salário menor, o que é mais injusto ainda.

Agora, no exercício das atribuições, tanto o Perito Policial que ganha menos, quanto o Perito Criminal que ganha mais, ambos exercem as mesmas atribuições. Queria até, Sr. Presidente, como forma de justificar esta emenda, que, se for exigido à risca, o cumprimento do Regulamento da Secretaria de Segurança Pública, aos Peritos Policiais, o Instituto de Polícia Técnica do Paraná paralisará, paralisará na medida em que existem muitos Peritos Policiais que exercem as mesmas atribuições dos criminais, e ganham menos e na maioria das vezes ou em quase todos os ocupantes desse cargo de Perito Policial, são detentores de diploma de curso superior, portanto o requisito básico para se preencher o cargo de Perito Criminal. O que nós queremos, com esta emenda, é corrigir esta anomalia, esta duplicidade de cargos, só que, o Perito Policial ganha menos e exerce as mesmas atribuições, tanto que, a manter este tipo de situação, estaríamos discriminando uma categoria que, como eu disse, exerce as mesmas atividades dos Peritos Criminais; o que nós queremos, é dar ao Poder Executivo, através de Lei Ordinária, poderes para extinguir a carreira de Perito Policial, enquadrando os atuais ocupantes obedecidos os requisitos legais, na quarta Classe de Perito Criminal; assim agindo, nós estaríamos corrigindo uma injustiça contra os Peritos Policiais que não são poucos, estaríamos corrigindo uma distorção dentro da Polícia Científica que também não são poucas, estaríamos fazendo justiça; por esta razão, em nome do Departamento de Polícia Científica do Paraná é que nós votamos favoravelmente a esta emenda. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Está em votação a Emenda n.º 32.

O SR. JOSÉ DOMINGOS — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Domingos.

O SR. JOSÉ DOMINGOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Realmente, a emenda apresentada pelo Deputado José Tavares é merecedora de atenções, e, efetivamente, a classe precisa ser apoiada nesta emenda, a Classe dos Peritos Policiais.

E nestas condições, fazemos um apelo aos nobres companheiros de Bancada do PDS, para que votem conosco, votem favoravelmente a esta emenda. É o apelo que faço ao Deputado Erondy Silvério, Líder da nossa Bancada, e aos demais companheiros, para que aprovelem esta emenda ora em apreciação, porque é de alto interesse da Polícia Científica do nosso Estado, que tantos e tão importantes trabalhos tem desenvolvendo!

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Está em votação a Emenda n.º 32.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Para encaminhar a votação). Sr.

Presidente, atendendo a insistentes apelos do nobre Deputado José Domingos, que foi o Presidente da Comissão Especial encarregada do exame do Estatuto da Polícia Civil, e, examinando detidamente a emenda, nós chegamos à conclusão — apesar de já estar previsto o acesso dessas carreiras, desde que os ocupantes satisfaçam as exigências do cargo, isto é do próprio Estatuto de que a emenda é apenas uma emenda política, de caráter político, porque diz o seguinte:

“Artigo — O Poder Executivo, através Lei Ordinária, poderá (poderá) extinguir a Carreira de Perito Policial”.

Poderá!

Ela não é imperativa, ela é uma proposta ao Poder Executivo, portanto eu não vejo razão para que ela não seja aprovada.

O SR. JOSÉ TAVARES — Muito obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Está em votação a Emenda n.º 32. — **Aprovada.**

Em votação a Emenda n.º 33. (Lê):

“EMENDA N.º 33

Ao Projeto de Lei Complementar n.º 37/81

Acrescente-se onde couber:

Art. — Os funcionários policiais civis, eleitos à Presidência de Associações de Classe, quando no efetivo exercício de seus mandatos, poderão, a requerimento dirigido à Secretaria de Segurança, permanecer exclusivamente à disposição de sua entidade, sem prejuízo de seus vencimentos e vantagens.

Sala das Comissões, em

(a) JOSÉ TAVARES

Apoio: LINEU TURRA e ANTÔNIO COTRIM”

O SR. JOSÉ TAVARES — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, esta Emenda de n.º 33, diz respeito a um assunto da mais alta seriedade, como todos os demais assuntos aqui tratados também o são, mas eu acho que o espírito dessa emenda é muito oportuno, principalmente nos dias de hoje, também de nossa autoria. Estamos querendo com esta emenda, porque este é o sentimento e a vontade da Polícia Civil do Paraná, através das entidades de classe, incluir no texto original do projeto a seguinte emenda: “Acrescente-se onde couber: os Policiais Civis eleitos à Presidência de associações de classe, quando no efetivo exercício de seus mandatos, poderão, a requerimento dirigido à Secretaria de Segurança Pública, permanecer exclusivamente à disposição de sua entidade, sem prejuízo de seus vencimentos e vantagens”.

Esta, como as demais, fora também apreciada e votada, por unanimidade, pela Comissão que analisou o Estatuto.

Por conseguinte, queremos, ao reafirmar o nosso posicionamento, fazer um apelo aos eminentes Deputados do Partido do Governo nesta Casa, que constituem a maioria parlamentar deste Poder, no sentido de que a acolha, porque é um assunto, um objetivo que a Polícia Civil do Paraná, como um todo, almeja. É facultar, dar ao policial civil que esteja ocupando a Presidência de sua associação de classe, a requerimento, dirigido ao Secretário de Segurança Pública, o direito, sem prejuízo de seus vencimentos ou vantagens, de permanecer à frente da sua instituição, sem que tenha necessidade de acumular este cargo com cargo de provimento efetivo que ocupa.

Trata-se de uma emenda liberalizante, de uma emenda democrática, de um pedido democrático, qual seja, o daquele de dar o direito ao policial civil, que represente a sua classe, defender a sua categoria, com liberdade, sem que esteja sujeito a pressões, a coações, a apelos veementes e muitas vezes injustos dos seus superiores.

Por conseguinte o que nós queremos com esta emenda, é desatrelar a classe policial civil, através das suas representações do poder maior, que no caso, seria o Secretário de Segurança Pública. Com isto, nós estaríamos dando aos policiais civis, através das suas entidades, liberdade para lutar, reivindicar, brigar pelos seus direitos, muitas vezes não reconhecidos.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Mais uma vez, eu faço apelo à platéia para que não se manifeste.

Em votação a Emenda n.º 33.

Rejeitada.

O SR. JOSÉ TAVARES — Requeiro a Vossa Excelência a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — A Mesa defere. Irá proceder a verificação.

Os Senhores Deputados que aprovam a emenda, queiram levantar-se.

Os Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

— (Pausa).

Dez Senhores Deputados aprovam; 22 Srs. Deputados rejeitam. — **Rejeitada.**

Em votação a Emenda n.º 35. (Lê):

“EMENDA N.º 35

Ao Projeto de Lei Complementar n.º 37/81

O artigo 61, passará a ter a seguinte redação:

“Art. 61 — Readmissão é o reingresso no serviço público estadual, sem ressarcimento de vencimentos e vantagens, do servidor policial civil exonerado ou demitido, depois de apurado em processo, quanto ao segundo caso, que não subsistem os motivos que determinaram a demissão.”

Sala das Comissões, em

(a) JOSÉ TAVARES

Apoio: LINEU TURRA e ANTÔNIO COTRIM”

O SR. JOSÉ TAVARES — Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Peço o projeto, Sr. Presidente, por gentileza.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta emenda como a que anteriormente fora rejeitada e como muitas outras que aqui foram rejeitadas também, segundo informações que temos e para nossa tristeza e espero que isso não aconteça, terá o mesmo destino daquelas que foram rejeitadas aqui, ou seja o arquivo.

O que pretendemos com essa emenda, Sr. Presidente, é dar uma nova redação ao artigo 61 do projeto. O artigo 61 fala da readmissão e diz o seguinte o texto original: “A readmissão é o reingresso no serviço público estadual sem ressarcimentos de vantagens e de vencimentos do servidor policial civil exonerado a pedido.

E o que nós buscamos com a nossa emenda é através desta redação que vamos ler, o seguinte: “Que a readmissão é o reingresso no serviço público estadual sem ressarcimento de vantagens e vencimentos do servidor policial civil exonerado ou demitido, depois de apurado em processo quanto ao segundo caso que não subsistem os motivos que determinaram a sua demissão”. É corrigir simplesmente uma injustiça praticada contra ele pela própria administração da Polícia Civil do Paraná. Portanto, o nosso voto é favorável, já que como todas as demais emendas esta representa o anseio da classe policial civil do Paraná.

Esperamos que este seja o entendimento dos demais Deputados que compõem este Plenário. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Está em votação a

Emenda n.º 35.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão.
— Rejeitada.

O SR. JOSÉ TAVARES — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam a Emenda n.º 35, queiram levantar-se.

Os Srs. Deputados que a rejeitam, queiram levantar-se.
(Pausa).

Onze Srs. Deputados aprovam; 20 Srs. Deputados rejeitam. — Rejeitada.

Está em votação a Emenda n.º 36. (Lê):

"EMENDA N.º 36

Ao Projeto de Lei Complementar n.º 37/81

O inciso II, do artigo 178, passa a ter a seguinte redação:

Art. 178 — ...

I — ...

"II — com as vantagens do cargo em comissão e/ou função gratificada do nível mais elevado, se o servidor policial civil houver exercido, na área do Poder Executivo, por um período não inferior a cinco anos ininterruptos ou não, um ou mais cargos em Comissão e/ou funções gratificadas, desde que esse cargo ou função haja sido exercido por um mínimo de doze meses, ainda que o cargo em Comissão ou função gratificada, tenha passado por força de legislação nova, a ter outra denominação e valor."

Sala das Comissões, em

(a) JOSÉ TAVARES

Apoio: LINEU TURRA e ANTÔNIO COTRIM"

O SR. JOSÉ TAVARES — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Peço o projeto, por favor. O artigo 178, do projeto original trata da aposentadoria do policial civil. E nós queremos alterar a redação do inciso II do referido Artigo 178, que no texto original fala que o servidor policial civil será aposentado a pedido com as vantagens do cargo em comissão, ou função gratificada do nível mais elevado, se o servidor policial civil houver exercido na área do Executivo por um período não inferior a cinco anos, ininterruptos ou não, um ou mais cargos em comissão ou funções gratificadas. O que queremos alterar aqui é simplesmente a redação que fala em cargo em comissão ou função gratificada. O espírito que nós queremos dar com a emenda é falar em cargo em comissão e/ou função gratificada. O objetivo é também facilitar, favorecer o policial civil que requeira sua aposentadoria, dando a ele o direito de incluir os dois benefícios, caso ele tenha. Por isto, entendemos ser a emenda justa e apelamos aos Deputados do Governo que também procurem acompanhar o nosso raciocínio, se entenderem assim.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Está em votação a Emenda n.º 36. — Rejeitada.

O SR. JOSÉ TAVARES — (Pela ordem) Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

Treze Srs. Deputados aprovam; 21 Srs. Deputados rejeitam. — Rejeitada.

Está em votação a Emenda n.º 37. (Lê):

"EMENDA N.º 37

Ao Projeto de Lei Complementar n.º 37/81

No artigo 118, inclua-se o item XVII, com a seguinte redação:

Art. 118 — ...

I — ...

... ..

... ..

XVI — ...

XVII — Exercício de cargo eletivo.

Sala das Comissões, em

(a) JOSÉ TAVARES

Apoio: LINEU TURRA e ANTÔNIO COTRIM"

O SR. JOSÉ TAVARES — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Queremos incluir no capítulo 4.º do projeto original, que fala do tempo de serviço, a seguinte emenda: "Artigo 118, — será considerado de efetivo exercício, o afastamento em virtude de: 1.º, férias; 2.º, casamento até oito dias; 3.º, 4.º até o 7.º e nós pretendemos, com a nossa modesta emenda, incluir o exercício de cargo eletivo, ou seja, considerar como tempo de efetivo exercício prestado à administração pública, o efetivo exercício de cargo eletivo, por parte de policial que venha ocupar tal cargo.

Emenda justa porque, como já se disse aqui hoje, se um policial civil vai pleitear um cargo eletivo e a população lhe concede esta honraria, acho que é mais do que justo contar, como tempo de serviço prestado à administração pública, o exercício de cargo eletivo. Apenas estamos incluindo no texto original. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Está em votação a Emenda n.º 37. — Aprovada.

Está em votação a Emenda n.º 39. (Lê):

"EMENDA N.º 39

Ao Projeto de Lei Complementar n.º 37/81

O § 3.º, do artigo 295, passa a ter a seguinte redação:

Art. 295 — ...

§ 1.º — ...

§ 2.º — ...

§ 3.º — Os titulares da Assessoria Técnica da Polícia Civil, da Escola de Polícia Civil e da Divisão de Polícia Científica, serão escolhidos dentre ocupantes das classes mais elevadas das carreiras policiais civis de nível Universitário."

Sala das Comissões, em

(a) JOSÉ TAVARES

Apoio: LINEU TURRA e ANTÔNIO COTRIM"

O SR. JOSÉ TAVARES (Pela ordem) — (Para encaminhar a votação).

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) É matéria vencida..

O SR. JOSÉ TAVARES — Senhor Presidente, o Senhor pulou a Emenda n.º 38.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Senhor Presidente, não cabe a questão de ordem levantada pelo nobre Deputado José Tavares, porquanto já está em fase de verificação de votação.

O SR. JOSÉ TAVARES — (Pela ordem) Invocando o Regimento

Interno da Casa, eu estou acompanhando aqui, de forma bastante disciplinada, a votação das emendas, uma por uma. Até apelo a Vossa Excelência que verifique que depois da 37 vem a 38.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — A Mesa informa a Vossa Excelência, que já foi anunciado, foi uma emenda prejudicada...

O SR. JOSÉ TAVARES — Mas Vossa Excelência teria que, nesta oportunidade, ...

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Anunciada a votação da n.º 19, foi anunciada que estaria sendo prejudicada a Emenda n.º 38.

O SR. JOSÉ TAVARES — Senhor Presidente, não é a 19, Vossa Excelência está fazendo confusão. Foi aprovada a Emenda 37 e a seguinte seria a 38. Acho que nem faria razão levantarmos esta questão de ordem se não estivéssemos acompanhando atentamente e com a seriedade que o assunto merece.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — A Mesa informa que ao votar a Emenda n.º 19, foi considerada prejudicada a 38. Portanto, votando a Emenda n.º 37, teria que passar para a 39.

O SR. JOSÉ TAVARES — Perfeito, e estou pedindo para encaminhar a Emenda n.º 39.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — A Emenda n.º 39 foi votada, o que a Mesa pode conceder, é verificação de votação.

O SR. JOSÉ TAVARES — Quero encaminhar a Emenda n.º 39, é um direito que tenho.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) Sr. Presidente, a decisão da Mesa é soberana e nós estamos coesos para seguir o Regimento Interno. A decisão da Mesa é soberana.

O SR. JOSÉ TAVARES — (Pela ordem) Sr. Presidente, eu indago a Vossa Excelência se essa emenda foi aprovada ou rejeitada?

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Foi aprovada. Vossa Excelência pretende a verificação de votação?

O SR. JOSÉ TAVARES — Não pretendo a verificação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Mas ela já foi requerida.

O SR. JOSÉ TAVARES — Não pretende a verificação. Eu quero é encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Foi anunciada, aprovada a emenda. Portanto não cabe encaminhamento de votação.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — (Pela ordem) Requeiro a verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ TAVARES — (Pela ordem) Sr. Presidente, Vossa Excelência já declarou o resultado. As notas taquigráficas...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, Vossa Excelência consulte as notas taquigráficas, serviço de

gravação da Casa e Vossa Excelência há de verificar que eu requeiro verificação de votação.

O SR. JOSÉ TAVARES — (Pela ordem) Sr. Presidente, Vossa Excelência já proferiu a decisão, como aprovada. E Vossa Excelência colocou em votação a emenda seguinte, a 40. Sr. Presidente, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Solicito a Vossa Excelência que termine a questão de ordem, para que a Mesa possa deferir.

O SR. JOSÉ TAVARES — Se Vossa Excelência deixar, eu terminarei, Sr. Presidente.

Acho que nesta Casa aqui tem muito das testemunhas que ouviram Vossa Excelência proferir o resultado. Caso Vossa Excelência queira rever o seu resultado, Vossa Excelência passará para a história, não como Presidente deste Poder, porque Vossa Excelência proferiu o resultado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Não procede a questão de ordem levantada por Vossa Excelência e informa.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) Sr. Presidente, o nosso Líder requereu verificação de votação. É uma coisa justa, meridiana e só é cego aquele que não quer enxergar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Informo ao Deputado Gabriel Manoel que a Mesa vai cumprir o artigo 176: — "Nas votações simbólicas, após proclamado pelo Presidente o seu resultado, qualquer Deputado que dela tenha participado, poderá pedir a verificação de votação. É o que a Mesa vai proceder neste momento.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Vossa Excelência proclamou o resultado. E é este resultado que deve prevalecer. Até porque, é jurisprudência formada nesta Casa, que depois de a Presidência proclamar o resultado a matéria, ou melhor, anunciar o resultado, a matéria se torne vencida, e naturalmente não resiste qualquer apelo, qualquer requerimento de retroação anterior a este resultado proclamado. Quero que isto fique no Regimento Interno e se houver qualquer dúvida da parte do Governo, dispõe o Governador de veto até das matérias votadas unanimemente aqui. E é este o princípio que quero levar como colaboração à Presidência da Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Toda Questão de Ordem, para proclamar é preciso que se proclame o resultado para que se possa pedir a verificação de votação. E foi pedido e nós vamos proceder a verificação de votação.

O SR. JOSÉ TAVARES — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Tavares, mas se for para tratar do mesmo assunto, já...

O SR. JOSÉ TAVARES — (Pela ordem) Para tratar do mesmo assunto.

Eu na qualidade de relator, nos termos do Regimento, tenho o direito. Para dizer a Vossa Excelência o seguinte. Em nome da verdade e da seriedade que este Poder merece. Vossa Excelência tanto proclamou o resultado, que passou para a votação da Emenda n.º 40. — (Palmas).

E tem testemunhas aqui, Sr. Presidente, ouviram muito bem.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) A Mesa faz um apelo à assistência que se abstenha de se manifestar.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela Ordem) Ou Vossa Excelência mantém a discussão já dentro do que prescreve o Regimento Interno, ou melhor seria Vossa Excelência encerrar esta sessão, porque não é possível que Vossa Excelência tome uma decisão e não faça cumprí-la. É matéria vencida.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa não pode negar a questão de ordem levantada pelos Srs. Deputados. E vai proceder a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam a Emenda, queiram levantar-se.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, ainda não concluí minha Questão de Ordem.

Quero saber se Vossa Excelência deixa eu concluir ou não.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Se a Presidência não acatar, faço um pedido, Sr. Presidente: se a Presidência não acatar a proclamação do resultado, este Deputado se retira do plenário, porque não é possível continuar uma sessão assim.

O SR. PRESIDENTE — Quero informar ao nobre Deputado José Tavares que a Mesa já decidiu que Vossa Excelência levantou a Questão de Ordem.

Nenhum Deputado poderá exceder o prazo de dez minutos para formular, ou simultaneamente mais uma questão de ordem.

O SR. JOSÉ TAVARES — Vossa Excelência procure ler melhor o Regimento Interno e Vossa Excelência verá isso.

Sr. Presidente, quero concluir minha Questão de Ordem, se Vossa Excelência me der este direito.

O SR. PRESIDENTE — Mais uma vez a Mesa pede ao Deputado que conclua, para que se possa proceder a verificação de votação.

O SR. JOSÉ TAVARES — Estou querendo concluir, Sr. Presidente, mas não me deixam.

Apenas para dizer o seguinte: caso Vossa Excelência resolva rever a decisão que proferiu, inclusive passando, e os Anais desta Casa haverão de mostrar isto, a taquigrafia haverá de mostrar isso, porque em seguida irei à taquigrafia pedir as notas desta sessão. Vossa Excelência tanto proferiu, Sr. Presidente, inclusive a sua consciência nesta hora falará que passou para a Emenda número 40.

Agora, como o assunto não interessa à sua bancada, Vossa Excelência está dando um passo atrás, não como magistrado mas como um Deputado que toma partido, quando não deveria fazer, porque está na qualidade de magistrado deste Poder.

E, caso Vossa Excelência persista em rever sua decisão, a nossa Bancada se retirará deste plenário, como protesto pela forma parcial com que Vossa Excelência conduz os trabalhos nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa dá por encerrada a Questão de Ordem levantada, uma vez que feita a votação da Emenda número 37, passou para a Emenda número 39, quando foi levantada a Questão de Ordem com relação à Emenda número 38.

E vai proceder à verificação de votação da Emenda número 39. Os Srs. Deputados que aprovam a Emenda, queiram levantar-se.

O SR. VALDUGA — (Pela Ordem) Não sei se infringo aqui algum regulamento, mas estou vendo que esta retirada que faz o PMDB é para não permitir que o Governador Ney Braga sancione.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Os Srs. Deputados que rejeitam a Emenda 39, queiram levantar-se.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela Ordem) Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e irá proceder a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela Ordem) Antes que Vossa Excelência proceda a chamada nominal, é bom que os policiais que tanto aplaudiram aqui a Bancada da Oposição, saibam que o seu Estatuto não será aprovado por causa desta fuga que se fez hoje neste plenário.

E mais uma, Sr. Presidente, a Mesa não pode atender pedido de verificação de votação sem antes proclamar o resultado.

É uma coisa lógica. Estão aí as notas taquigráficas, estão aí as gravações da sessão. Não há como fugir das gravações.

Portanto, esta argumentação não convence a ninguém. E o Estatuto, se a Bancada da Oposição persistir retirada, não será aprovado.

O SR. PRESIDENTE — Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. TRAJANO BASTOS — (Pela Ordem) Apenas para alguns reparos às afirmações do ilustre Líder do PDS, em querer transferir a responsabilidade à Bancada do PMDB, que se retira do Plenário dentro de um comportamento muitas vezes usado pelo PDS, nesta Casa.

Mas, sem muita procedência à alegação do ilustre Líder porque a Bancada do PDS nesta Casa é majoritária. Então, não depende da Bancada do PMDB a aprovação desta matéria. Mas se nós retirarmos... (tumulto)

Estou com a palavra, Sr. Presidente, queira respeitar a minha Questão de Ordem, Ilustre Deputado Erondy Silvério...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sem o Partido de Vossa Excelência...

O SR. TRAJANO BASTOS — Vossa Excelência queira respeitar a minha Questão de Ordem.

O SR. PRESIDENTE — Solicito a Vossa Excelência que conclua sua Questão de Ordem.

O SR. TRAJANO BASTOS — Concluirei, desde que o Deputado Erondy Silvério assim o permita. Então, não aceitamos e se a Bancada se retirar do Plenário, assumiremos a responsabilidade, porque não é de nosso costume, do nosso feitio, fugir às nossas responsabilidades nestas horas.

Era o que tinha a declarar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Solicito do Sr. 1.º Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados). Responderam à chamada, 34 Srs. Deputados. Há "quorum" para deliberação.

O SR. JOSÉ TAVARES — (Pela Ordem) Sr. Presidente, pediria a Vossa Excelência, porque eu estava dando atenção ao Deputado Antônio Facci e não pude ouvir com clareza quantos Deputados responderam à chamada.

O SR. PRESIDENTE — 34 Srs. Deputados responderam à

chamada.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, pediria a Vossa Excelência, que procedesse novamente à verificação de votação, já que não parece ter 34 Deputados aqui no plenário.
O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) — Tem.

O SR. JOSÉ TAVARES — Então solicito a Vossa Excelência que proceda novamente a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere.

O SR. ANTÔNIO FACCI — (Pela Ordem) Sr. Presidente, a afirmação do Deputado José Tavares, de que estava dando atenção a mim e que não tinha observado o número, não é verdade.

Ele acabava de confidenciar que não acredita na Mesa Diretora dos trabalhos...

O SR. JOSÉ TAVARES — É verdade.

O SR. ANTÔNIO FACCI — ... e conseqüentemente, ele não acredita que tivesse esse número de Deputados, aqui. E para confundir, Sr. Presidente...

O SR. JOSÉ TAVARES — Vossa Excelência é especialista nesse tipo de atitude...

O SR. ANTÔNIO FACCI — ... os Srs. Deputados da Oposição respondem à chamada e podem se retirar. É um direito que lhes assiste.

É o Deputado José Tavares não pode, efetivamente, fazer qualquer comentário a esse respeito, porque não teve participação nesta votação e em outras, que o autorizasse a fazer a afirmação que faz, porque, por muitas vezes, ele chamou a classe policial de corrupta.

E neste momento é aplaudido, desrespeitosamente, se este Estado tiver que ficar com a segurança que com o respeito que deve infundir à classe policial, com o respeito que demonstra neste plenário, infelizmente estamos mal.

Desculpem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Há que se entender que essas tribunas são tribunas de honra. E aí não de sentar com respeito os cidadãos que vêm aqui, e não desrespeitar o Regimento Interno.

Está cansando, Sr. Presidente, ter-se que votar aqui sob pressão. E sob pressão ninguém faz isso.

Se é costume — como diz o Deputado José Tavares — de se arrancar depoimentos sob pressão nas Delegacias, aqui neste plenário não tem. Há que se ter respeito.

Este plenário foi invadido. E eu falei há pouco contra a...
(Tumulto no plenário)

(O Sr. Presidente faz soar os tímpanos).

O SR. PRESIDENTE — A fim de que esta Presidência possa prosseguir com os trabalhos da presente Sessão, a Mesa solicita que os Srs. Deputados retomem seus assentos e solicite ao Serviço de Segurança que seja evacuado o plenário para que possamos prosseguir a sessão.

(continua o tumulto).

Está suspensa a presente sessão, por cinco minutos.
(É suspensa a sessão).

O SR. PRESIDENTE — Está reaberta a sessão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (pela Ordem) Sr. Presidente, quero fazer um apelo à Bancada do PDS.

Alguns dos Srs. Deputados, revoltados com o que presenciaram aqui hoje, um verdadeiro festival de demagogia promovido por um Deputado que, se lêssemos a esses mesmos policiais

os pronunciamentos que ele fez aqui, contra a honra da Polícia Civil do Paraná, ele seria vaiado e não aplaudido nesta Casa; mas, graças à demagogia de um Deputado, num ano eleitoral, que não compreendeu o papel do Poder Legislativo na condução dos negócios públicos, e quis fazer da sua tribuna uma plataforma eleitoral, procurando discutir emendas que ele sabe perfeitamente, são inexecutáveis, que não podem, jamais, ser inseridas num Estatuto, num Código como é o Estado da Polícia Civil — como o policial que é exonerado e depois do processo concluído, se se provar a inocência, queria o Deputado que ele fosse readmitido, quando o próprio Estatuto dos Funcionários Cíveis da União já não adota mais este instituto há muito tempo, e a Legislação Estadual?

Mas o Governador Ney Braga, sensível aos interesses da Polícia Civil, inseriu, com restrições, essa possibilidade de retorno, mas o Deputado José Tavares, na sua ânsia de fazer demagogia política, insistiu com uma emenda que ele sabe perfeitamente inexecutável, como outras tantas que ele apresentou.

E a Bancada, e o que aconteceu com essa demagogia desenfreada? São os ataques sistemáticos que ele faz — embora veladamente — à Bancada do PDS nesta Casa, com a exaltação dos ânimos de alguns policiais ignorantes que estavam aqui dentro e que não têm condições de serem policiais. O que aconteceu, Sr. Presidente?

Aconteceu a revolta da bancada majoritária nesta Casa, que agora se nega a votar o Estatuto da Polícia Civil.

E é nesse sentido, Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados, que faço um apelo à nossa Bancada, para que a grande maioria da Polícia, que é constituída de homens respeitáveis, que são os legítimos defensores da sociedade paranaense, que com o sacrifício da própria vida vêm cumprindo admiravelmente com o seu dever e que, não podem ser prejudicados por meia-dúzia de desordeiros que estavam aqui dentro, na tarde de hoje.

Então, faço um apelo à nossa Bancada, é que votem, que dêem uma demonstração de civismo, que votem, numa demonstração de grandeza de espírito, que votem esse Estatuto.

As emendas, justas, já analisamos e aprovamos. Há ainda uma emenda, das mais justas, de autoria do nobre Deputado José Tavares, que é a Emenda número 42, que terá a acolhida da nossa Bancada, a acolhida favorável, porque ela, além de humana, é justíssima.

É o apelo que faço à nossa bancada — para que o Corpo de Funcionários da Polícia Civil não seja prejudicado em nenhum momento, por um momento de irreflexão, por ânimos exaltados. Temos que cumprir o nosso dever para com a coletividade, e a coletividade paranaense só terá segurança...

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) A Mesa interrompe o ilustre Deputado, para dar ciência à Casa de um requerimento quase encontra sobre a mesa, em seguida voltará a palavra a Vossa Excelência.

Requerimento de autoria do Deputado Erondy Silvério, que requer a prorrogação da presente sessão por mais duas horas.

Em votação. — Aprovado.

O SR. TRAJANO BASTOS — (Pela Ordem) Solicito verificação de votação desse requerimento que Vossa Excelência anunciou.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e procederá verificação de votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Antes que Vossa Excelência proceda a verificação de votação, gostaria somente de concluir dizendo que uma sociedade só será suficientemente protegida se tiver uma Polícia Civil realmente forte, bem remun-

rada, uma Polícia Civil que tenha um Estatuto que acolha as reivindicações de toda uma classe, de cada policial, nós também temos que reconhecer, por outro lado, Sr. Presidente, que as possibilidades do Tesouro do Estado não são infinitas. Elas são finitas. Vivemos de um Orçamento e temos que cumprir uma Lei Orçamentária de acordo com os recursos que recebem os cofres do Estado.

Queria o Governador do Estado, desejaria a Bancada do PDS, oferecer um Estatuto duas ou três vezes melhor do que este que estamos votando, com maiores vantagens para que a Polícia Civil cumprisse o seu nobilitante papel junto à sociedade paranaense.

Entretanto, temos que nos curvar às possibilidades do Tesouro do Estado e o que está sendo concedido à Polícia através deste Estatuto, é realmente o máximo que se pode conceder na atual conjuntura econômica do Estado do Paraná.

O SR. AIRTON CORDEIRO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, eu faria um apelo a Vossa Excelência no sentido de que deixasse muito claro aos membros da classe que se encontram aqui presentes, o seguinte: em nenhum momento Vossa Excelência, como Presidente ou qualquer Parlamentar desta Casa, impediu que as galerias deste Poder ou as tribunas fossem ocupadas pelos policiais aqui presentes.

Faço esta colocação, Sr. Presidente, porque já ouvi mal-dosamente de uma voz da Oposição, no momento em que a Sessão estava interrompida, de que esse é um Poder que está longe do povo, e devo também afirmar, Sr. Presidente, que lamentavelmente os acontecimentos que aqui se registraram, devem ser colocados sob a responsabilidade do Deputado que permanentemente, durante esta sessão, duvidou da honorabilidade e dos critérios de conduzir esta reunião de Vossa Excelência, o Deputado José Tavares, que conhece muito bem a tática do induzimento, e que por esta prática pretendeu desmoralizar não Vossa Excelência, mas este Poder, perante aqueles que aqui se encontram, o que lamentamos sinceramente, em nome da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

O SR. TRAJANO BASTOS — Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Antes quero informar ao Deputado Trajano, que embora a sessão tenha sido suspensa por cinco minutos, temos esses cinco minutos de suspensão, e eu gostaria de fazer a verificação de votação do requerimento, sem o que não poderemos continuar com a sessão.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, sem quebra da autoridade de Vossa Excelência, gostaria de fazer uso do mesmo direito que fez o Deputado Ailton Cordeiro e o Deputado Erondy Silvério, para alguns reparos que acho necessários.

O SR. PRESIDENTE A Mesa concederá a Vossa Excelência, mas em primeiro lugar solicita que aguarde, dado a exigüidade do tempo e procedo a verificação de votação desse requerimento e em seguida dará a palavra a Vossa Excelência.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

29 Srs. Deputados aprovam. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o Deputado Trajano Bastos.

O SR. TRAJANO BASTOS — Apenas, Sr. Presidente, para que também conste das atas dos trabalhos de hoje, que esta Liderança não aceita as colocações emitidas pelo ilustre Líder do PDS nesta Casa, bem como as do Deputado Ailton Cor-

deiro, quando se referiram ao posicionamento do ilustre Deputado José Tavares.

O Deputado Tavares, na sessão de hoje, nada mais fez do que usar das suas prerrogativas como Parlamentar, de discutir no momento em que o Regimento Interno assim o permite.

Quanto às considerações feitas contra este Deputado, tomamos como subjetivas e não as aceitamos por razões que levam à consideração desta Casa, e de Vossa Excelência.

E, se a sessão tumultuou, Sr. Presidente, com o respeito que devo a Vossa Excelência como Presidente, a verdade é que a certa altura, a Presidência não conseguiu manter a ordem no plenário, prejudicando assim o andamento da sessão.

E outra, a mais uma observação que faço questão que conste da Ata. Que não aceitamos a responsabilidade, nós da bancada do PMDB, pela evacuação do plenário. Isto foi uma determinação de Vossa Excelência, como Presidente desta Casa, a retirada dos policiais que aqui estavam a lotar as galerias e a Tribuna de Honra, foram retirados deste recinto por determinação do Presidente da Casa e não com a nossa participação ou solicitação vinda desta bancada.

É esta observação que quero que Vossa Excelência determine constar em ata.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa não aceita as ponderações de

Vossa Excelência com referência à retirada, porquanto ainda existe no plenário policiais que estavam se comportando e que nada havia que tumultuasse os trabalhos e continuam.

E eu, mais uma vez, faço um apelo e vamos proceder a verificação da Emenda número 39, que estava em processo de verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam a Emenda número 39, queiram levantar-se. Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

02 Srs. Deputados aprovam; 23 Srs. Deputados rejeitam.

Não há "quorum" para votação e sim para prosseguimento da sessão.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Eduardo Zielonka, ocorrido em Vitória - ES, em abril passado. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Agibert Filho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento dos Srs. Odilon Liques Penteado e Newton Liques Penteado, ocorrido na madrugada do último sábado na cidade de Prudentópolis. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de regozijo ao Sr. Secretário de Recursos Humanos, pela fecunda e inovadora gestão à frente da referida Pasta. — **Aprovado.**

O SR. TRAJANO BASTOS — (Pela Ordem) O requerimento que Vossa Excelência coloca em votação é de regozijo...

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Voto de regozijo ao Sr. Secretário de Recursos Humanos, independe de número.

O SR. TRAJANO BASTOS — Consulta Vossa Excelência se este requerimento independe de número...

O SR. PRESIDENTE — O artigo 134, parágrafo primeiro, independe de apoio e discussão, podendo ser vo-

tado com qualquer número os requerimentos que solicitem manifestação de regozijo ou pesar, por ofício, telegrama, ou por qualquer outra forma escrita.

O SR. TRAJANO BASTOS — Então, requeiro a Vossa Excelência a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) A Mesa defere. (É procedida a verificação de votação).

5 Srs. Deputados rejeitam; nenhum aprova.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, quarta-feira, dia 12, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar nº 37/81.

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 153/81, 12, 16 e 25/82.

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei Nºs 101/80, 90, 91, 140, 145, 147, 148, 149, 151/81 e 35/82.

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 61, 81, 111, 173/81, 02, 08, 09, 10 e 15/82.

Levanta-se a Sessão.